



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO
GROSSO DO SUL/CAMPUS DO PANTANAL
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



PEDRO GRANZER FILHO

**CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DAS RELAÇÕES DE FRONTEIRA DAS FAMÍLIAS
CAMPONESAS DO ASSENTAMENTO BOCAINA, CORUMBÁ/MS**

CORUMBÁ/MS 2025

Pedro Granzer Filho

**CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DAS RELAÇÕES DE FRONTEIRA DAS FAMÍLIAS
CAMPONESAS DO ASSENTAMENTO BOCAINA, CORUMBÁ/MS**

Relatório de qualificação apresentado ao Curso de Pós-Graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Estratégias políticas, mobilidade humana e desenvolvimento territorial.

Orientador: Dr. Edgar Aparecido da Costa

Corumbá/MS 2025

PEDRO GRANZER FILHO

**CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DAS RELAÇÕES DE FRONTEIRA DAS FAMÍLIAS
CAMPONESAS DO ASSENTAMENTO BOCAINA, CORUMBÁ/MS**

Relatório de Qualificação apresentado ao Curso de Pós-Graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre. Aprovado em 20/08/2025, com Conceito APROVADO.

BANCA EXAMINADORA

Orientador

Dr. Edgar Aparecido da Costa

(Universidade Federal do Mato Grosso do Sul/PPGEF)

1º Avaliador

Dr. Marco Aurélio Machado de Oliveira

(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/PPGEF)

2º Avaliador

Dr. Heitor Romero Marques

(Universidade Católica Dom Bosco)

1º Suplente

Dr^a. Beatriz Lima de Paula Silva

(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/CPGEF)

2º Suplente

Dr. Alberto Feiden

(Embrapa Pantanal)

Dedico esta dissertação a uma mulher especial que nunca me abandonou nas mais difíceis situações que se apresentaram na vida. Essa mulher me deixou o legado da educação. Com suas sábias palavras sempre me orientou sobre o valor do conhecimento e com suas firmes atitudes enfrentou duras adversidades para garantir o meu sustento e os meus estudos. Guardo seus ensinamentos em minha memória e no coração, ensinamentos que se transformaram em referências na minha conduta diária. Obrigado, minha querida e amada mãe Ana Ramos. (Homenagem Póstuma).

AGRADECIMENTOS

A realização e a concretização de um trabalho de dissertação não é algo que se consegue de forma solitária ou individualizada. Na trajetória da pesquisa recebi a colaboração e o apoio de pessoas às quais expressarei os meus agradecimentos.

Ao professor Edgar Aparecido da Costa, que com sua dedicação e apoio idealismo incontestáveis busca aperfeiçoar de maneira qualitativa os estudos sobre fronteira na nossa região. Sob sua orientação foi possível ampliar de forma considerável o meu conhecimento sobre o tema e a partir disso elaborar a dissertação com tranquilidade, associando sempre de forma sistemática a fundamentação teórica com as informações obtidas através das investigações em campo.

A minha esposa Albertina Domingas Nunes Granzer que sempre está ao meu lado na execução de diferentes projetos e nesse caso não foi diferente. Além do incentivo também me auxiliou de forma imprescindível, lendo, discutindo e sugerindo propostas para o enriquecimento do que já havia sido escrito.

Ao meu filho Gabriel Henrique que disponibilizou o seu tempo na orientação de questões tecnológicas, prestando um suporte fundamental nessa área.

A minha filha Ana Heloísa que me incentivou e acompanhou o desenrolar da pesquisa, ouvindo atentamente os resultados da pesquisa em campo.

Ao meu amigo professor José Claudemir dos Santos que acompanhou e apoiou o desdobramento do trabalho, auxiliando nas entrevistas realizadas no assentamento Bocaina e nas comunidades rurais bolivianas (San Pedrito e El Carmen de La Frontera).

Ao meu amigo professor Ataliba de Oliveira Pedroso que nos recebeu atenciosamente em seu sítio e nos forneceu importantes dados sobre o histórico dos assentamentos da região.

A Ana Cecília Demarqui que incentivou, acompanhou e ofereceu importantes sugestões no percurso do trabalho.

Ao Dorival Canavarros, fundamental parceiro na realização desta pesquisa. Considerado um personagem histórico da Reforma Agrária no Mato Grosso do Sul. Dorival possui em seu acervo documentos de suma importância que relatam de forma detalhada a demarcação de terras em toda a região do Pantanal, informações que impulsionaram de modo qualitativo o desenvolvimento da dissertação.

A banca composta pelo prof. Dr. Marco Aurélio Machado de Oliveira e pelo prof. Dr. Heitor Homero Marques que com suas avaliações e proposições contribuíram notavelmente na constituição desse estudo.

Aos professores e professoras do curso que nas suas aulas, através das exposições e discussões orientaram de maneira valorosamente profissional os caminhos para a elaboração de um projeto de pesquisa e a execução do mesmo com padrão de qualidade de excelência.

As comunidades rurais bolivianas (San Pedrito e El Carmen de La Frontera) e a comunidade do assentamento PAR Bocaina pelo acolhimento e receptividade, que foram fundamentais na coleta de informações sobre o espaço fronteiriço, tornando o trabalho de pesquisa em campo mais acessível e prazeroso.

Aos colegas de curso de Mestrado em Estudos Fronteiriços com quem convivi, aprendi e compartilhei conhecimentos e ocasiões que agora fazem parte da memória minha vida acadêmica.

RESUMO

Atualmente os conceitos têm passados por revisões teórico-metodológicas baseadas em profundas análises e discussões. No que diz respeito ao termo fronteira, a regra é a mesma, ou seja, o entendimento sobre seu significado, também, está sendo amplamente discutido e revisado. A reflexão que deve ser sumariamente colocada em pauta quando se discute fronteira é a identidade construída pelas populações dessa região, uma vez que são as próprias que conduzem as relações do cotidiano e consequentemente através de suas estratégias fazem as transformações e adequações na construção desse espaço, ainda que o Estado realize ações de políticas bilaterais. A pesquisa trata sobre o histórico e o desenvolvimento do PAR Bocaina, localizado na área rural de Corumbá MS, especificamente na fronteira oeste Brasil-Bolívia. Este trabalho tem como objetivo analisar a formação do assentamento Bocaina e das interrelações com outras comunidades rurais fronteiriças do lado boliviano (El Carmen e San Pedrito) sistematizando informações sobre as mobilidades humanas e as interações sociais ocorridas no decorrer do tempo entre esses grupos populacionais. Foram adotados como procedimentos de pesquisa o levantamento documental junto a instituições governamentais, associações e organizações dos trabalhadores rurais e, também, em instituições escolares dessas localidades. Realizaram-se entrevistas junto os moradores das comunidades e profissionais que trabalham nessa região (professores, técnicos agrícolas, médicos, agentes de saúde). Tanto as informações dos depoimentos quanto as das fontes escritas foram confrontadas e analisadas com o objetivo de se aproximar da veracidade dos acontecimentos que contribuíram e contribuem com a dinâmica de convivência e integração entre as populações rurais localizadas no espaço rural fronteiriço Brasil- Bolívia.

Palavras-chave: Assentamentos rurais, Fronteira, Territorialidades.

RESUMEN

Actualmente, los conceptos han sido objeto de revisiones teórico-metodológicas basadas en análisis y debates profundos. En lo que respecta al término «frontera», la regla es la misma, es decir, la comprensión de su significado también está siendo ampliamente debatida y revisada. La reflexión que debe plantearse de manera resumida cuando se discute sobre la frontera es la identidad construida por las poblaciones de esa región, ya que son ellas mismas las que conducen las relaciones cotidianas y, en consecuencia, a través de sus estrategias, realizan las transformaciones y adaptaciones en la construcción de ese espacio, aunque el Estado lleve a cabo acciones de políticas bilaterales. La investigación trata sobre la historia y el desarrollo del PAR Bocaina, situado en la zona rural de Corumbá (Mato Grosso do Sul), concretamente en la frontera occidental entre Brasil y Bolivia. Este trabajo tiene como objetivo analizar la formación del asentamiento Bocaina y las interrelaciones con otras comunidades rurales fronterizas del lado boliviano (El Carmen y San Pedrito), sistematizando la información sobre las movilidades humanas y las interacciones sociales que se han producido a lo largo del tiempo entre estos grupos poblacionales. Como procedimientos de investigación se adoptaron el levantamiento documental junto a instituciones gubernamentales, asociaciones y organizaciones de trabajadores rurales, así como en instituciones escolares de estas localidades. Se realizaron entrevistas a los residentes de las comunidades y a los profesionales que trabajan en esta región (profesores, técnicos agrícolas, médicos, agentes de salud). Tanto la información de los testimonios como la de las fuentes escritas se compararon y analizaron con el objetivo de acercarse a la veracidad de los acontecimientos que contribuyeron y contribuyen a la dinámica de convivencia e integración entre las poblaciones rurales ubicadas en el espacio rural fronterizo entre Brasil y Bolivia.

Palabras clave: Asentamientos rurales, Frontera, Territorialidades.

LISTA DE FIGURAS

Quadro 1 - Municípios limheiros em Mato Grosso do Sul, conforme classificação do PDFF	26
Quadro 2 – Assentamentos rurais em municípios limheiros em Mato Grosso do Sul	27
Quadro 3 - Modalidades de Projetos criados pelo Incra, Brasil, 2023	33
Mapa 1 - Espaço rural fronteiriço da área estudada na fronteira Brasil-Bolívia	40
Fotografia 1 –Comunidade campesina de San Pedrito	43
Fotografia 2 –Residência construída pelo Programa de Habitação do Governo Federal boliviano em San Pedrito (Puerto Quijarro)	44
Fotografia 3 – Escola da comunidade San Pedrito (Puerto Quijarro)	45
Fotografia 4 – Marco divisório da fronteira Brasil – Bolívia (Estrada do Jacadigo)	47
Fotografia 5 - Paisagens da Estrada do Jacadigo na fronteira Brasil-Bolívia	48
imagem 1 – Simulação do percurso de Mané Farofa	52
Mapa 2 – Loteamento PAR Bocaina - Corumbá/MS, Brasil	56
imagem 2 – Registro de Imóveis da área do assentamento Bocaina	57
imagem 3 – Área do assentamento Bocaina, antes da divisão dos lotes	59
imagem 4 – Divisão das parcelas do Assentamento Bocaina com respectivas ocupações em 1984	61
Fotografia 6 - Paisagens da região do Jacadigo	62
Fotografia 7 – Baía do Jacadigo, antes de ter ocorrido a sua seca total	64
Fotografia 8 – Área sob controle da SOCAL/ SA Mineração	67
Quadro 4 – Propostas de Diretrizes para o desenvolvimento local no PAR Bocaina	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGRAER - Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
AMFFI - Associação dos Moradores e Funcionários da Fazenda Itamarati.
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DOU - Diário Oficial da União
FAF - Federação da Agricultura Familiar
FAFI - Funcionários Associados da Fazenda Itamarati.
FETAGRI - Federação Trabalhadores da Agricultura
FLONA - Floresta Nacional
IAGRO – Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal
IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PA - Projeto de Assentamento
PAA - Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAC - Projetos de Assentamento Conjunto
PAD - Projetos de Assentamento Dirigido
PAF - Projeto de Assentamento Florestal
PAM - Projeto de Assentamento Municipal
PAQ - Projetos de Assentamento Quilombola
PAR – Projeto de Assentamento Rápido
PC - Projetos de Colonização
PCA - Projeto de Assentamento Casulo
PDAS - Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável
PDFF - Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
PE - Projeto de Assentamento Estadual
PFP - Reconhecimento de Assentamento de Fundo de Pasto
PIC - Projetos Integrados de Colonização
PMC- Prefeitura Municipal de Corumbá
PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária

PRB - Projeto de Reassentamento de Barragem

PRRA - Plano Regional de Reforma Agrária

PRONAF - Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RESEX - Reservas extrativistas

SEAF - Secretaria da Agricultura Familiar

SEMADESC- Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SETESC – Secretaria de Estado de Esporte e Cultura

SIPRA - Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária

TRQ - Território Remanescentes Quilombola

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 FRONTEIRAS, TERRITORIALIDADES E ASSENTAMENTOS RURAIS NOS ESPAÇOS FRONTEIRIÇOS DE MATO GROSSO DO SUL	15
2.1 Entendimento de fronteira nesta pesquisa	16
2.2 Territorialidades e interações fronteiriças no meio rural	20
2.3 A Reforma Agrária em espaços lindeiros no estado de Mato Grosso do Sul ..	23
2.4 A formação dos assentamentos rurais em Corumbá	29
2.5 Modalidades de assentamentos rurais e o caso do PAR — Projeto de Assentamento Rápido	32
3 MATERIAIS E MÉTODOS: CAMINHOS DA PESQUISA	35
4 TERRITORIALIDADES DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS DO ASSENTAMENTO BOCAINA	38
4.1 O contexto histórico-geográfico da área estudada	39
4.1.1 A Comunidade San Pedrito	41
4.1.2 A comunidade de El Carmen de la Frontera	46
4.1.3 A estrada municipal do Jacadigo	46
4.1.4 Mané Farofa	49
4.2 A formação do PAR Bocaina na fronteira Oeste Brasil-Bolívia	53
4.3 As relações de vizinhança das famílias camponesas do assentamento Bocaina com os vetores econômicos e ambientais do seu entorno	63
4.4 A vocação produtiva do PAR Bocaina	68
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	75
APÊNDICES	80

1 INTRODUÇÃO

Atualmente os conceitos têm passado por revisões teórico-metodológicas baseadas em profundas análises e discussões decorrentes do avanço das Ciências. No que diz respeito aos termos fronteira e território a regra é a mesma, ou seja, o entendimento sobre o significado dessas nomenclaturas também está sendo amplamente questionado e revisado.

De acordo com Costa (2013), as fronteiras são constituídas por lados territoriais de distintos países, estruturados numa proximidade entre territórios, dominada e correlacionada por diferenciadas forças de relações e poder. A reflexão que deve ser sumariamente colocada em pauta quando se discute fronteira é a identidade construída pelas populações dessa região. São as identidades que criam e recriam as relações do cotidiano e, conseqüentemente, através de suas estratégias fazem as transformações e adequações na construção desse espaço, ainda que o Estado realize ações de políticas bilaterais.

Geralmente quando se trata de estudos sobre fronteira destaca-se muito mais as conurbações entre as cidades que se encontram nas áreas fronteiriças, pesquisas que analisam as relações urbanas entre as populações urbanas dessas localidades. São analisadas especificidades que abrangem diversificados aspectos da economia, infraestrutura, segurança, saúde, cultura e educação. Segundo House (1980), conforme o grau de desimpedimento e da variedade dos componentes existentes, são originados cursos e conexões entre fronteiriços, que por meio dessa dinâmica buscam melhores condições de atendimento em diferenciados setores tais como, saúde, educação, comércio e outros serviços. Esses estudos são de suma significância, pois, levam a compreensão do desenvolvimento das dinâmicas de estratégias de resistência e sobrevivência dessas comunidades.

Por outro lado, muito pouco estudadas são as comunidades rurais localizadas nas franjas fronteiriças, que mantém contato direto, cotidianamente, inclusive com históricos de interação construídos e consolidados com seus vizinhos. Essas populações têm em seu processo de desenvolvimento nuances específicas totalmente imbricada e moldada pelas interações populacionais em determinado espaço fronteiriço.

Existem especificidades tanto nas áreas urbanas quanto das áreas rurais das regiões fronteiriças que demandam estudos para sua compreensão. As redes orientam sistemas econômicos e socioculturais nos espaços fronteiriços. Suas origens podem ser tanto nas cidades quanto em localidades campesinas. Conforme aponta Raffestin (1993), as redes formam um instrumento de constituir o território. Nesse sentido, compreendemos que não se deve olhar

apenas pelo prisma das redes urbanas para conceber o conhecimento sobre uma região fronteiriça, mas englobar também as redes rurais.

Este trabalho tem como objetivo principal compreender o processo de construção histórica das relações de fronteira das famílias camponesas do Projeto de Assentamento Rápido Bocaina, Corumbá/MS. Especificamente se busca: a) analisar as estratégias de resistência e de mobilidade no meio rural das famílias do assentamento Bocaina em um ambiente fronteiriço; b) discutir as relações de vizinhança das famílias camponesas do assentamento Bocaina com os vetores econômicos e ambientais do seu entorno e; c) identificar a vocação produtiva regional para auxiliar na viabilização do desenvolvimento econômico e social.

Uma das questões investigada foi a presença e a atuação do Estado nessa região de fronteira (Brasil-Bolívia) com foco nas medidas que ele adota para garantir a soberania nacional. Cabe, discutir, ainda, se realmente as pessoas que vivem nesses locais se sentem contempladas em suas necessidades, tanto do lado brasileiro quanto do lado boliviano.

Por outro lado, o Estado visa estabelecer e garantir o dogma da soberania nacional, mas nem sempre a estrutura governamental consegue o controle total sobre certos processos que ocorrem na região de fronteira como, a circulação de pessoas e mercadorias, o acesso a benefícios sociais e a construção de novas identidades que vão além dos limites geográficos estabelecidos.

Abre-se, então, um pressuposto para aprofundar a discussão em torno da organização ou reorganização da política interna dos assentamentos rurais brasileiros e das comunidades rurais bolivianas fronteiriças, da sua vocação agrícola, da sua proposta educativa, da sua formação cultural, enfim do estabelecimento de metas para seu efetivo desenvolvimento.

Empiricamente pode-se dizer que é de conhecimento de boa parcela da população de Corumbá e Ladário a existência de oito assentamentos rurais na região (Taquaral, Tamarineiro 1 e 2, Paiolzinho, Mato Grande, Urucum, São Gabriel e 72). O que se desconhece é a existência de um nono, o PAR Bocaina, que foi criado em 1982. A região onde o mesmo foi implantado é denominada Jacadigo e isso provoca confusão entre sua localização e denominação, potencializada pela história confluentes dessas duas áreas. Devido a esse fato pouco se conhece sobre o PAR Bocaina, levando dessa forma a caracterização do trabalho de pesquisa sobre essa região como inédito.

Outro fator de grande relevância é que essa localidade se encontra na franja fronteiriça do lado brasileiro e possui um histórico de interrelações com as comunidades rurais bolivianas antes mesmo da implantação dos outros assentamentos, apresentando-se como um diferencial nos estudos realizados sobre fronteira no espaço fronteiriço Corumbá (Brasil) e Puerto Quijarro

(Bolívia). Além disso, se propõe uma análise espacial das interações rurais, quando a maioria das pesquisas realizadas no Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços abordam temas e recortes territoriais que se encontram nas áreas urbanas dessas duas cidades.

Este trabalho foi organizado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção apresentamos análises sobre o conceito de fronteira e territorialidades verificando a importância das dinâmicas desenvolvidas e aplicadas pelas populações fronteiriças que no decorrer do tempo definem as características territoriais do local. Também, são relatadas informações sobre o processo de reforma agrária nos municípios fronteiriços do estado de Mato Grosso do Sul e sequencialmente dados sobre a implantação de assentamentos rurais no município de Corumbá.

Na seção seguinte tratamos das questões metodológicas da pesquisa onde múltiplas estratégias foram adotadas para a obtenção de informações que constam nessa dissertação. A pesquisa bibliográfica foi utilizada com o intuito de desenvolver a análise conceitual das dinâmicas territoriais de fronteira e da expansão sustentável em territórios rurais. Na compreensão do processo de constituição histórica do assentamento efetuou-se uma investigação documental junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e com moradores locais. A técnica da história oral foi empregada junto aos moradores mais antigos do PAR Bocaina e a um funcionário do INCRA com o objetivo de coletar informações que auxiliassem na sistematização da trajetória do PAR Bocaina e das localidades vizinhas.

Por fim, apresentamos o desenvolvimento histórico da localidade, percorrendo sobre períodos distintos que indicam o predomínio de populações indígenas na região e uma nova configuração que se concretiza com a chegada de portugueses e espanhóis que estabelecem a sua forma de domínio e exploração constituindo latifúndios tanto do lado brasileiro quanto do lado boliviano. São relatadas informações sobre o surgimento de pequenas comunidades camponesas bolivianas (San Pedrito e de El Carmen de La Frontera) e assentamentos rurais brasileiros (dentre eles o PAR Bocaina), a linha divisória entre os dois países (Brasil/ Bolívia) materializada pela estrada municipal do Jacadigo e também sobre o personagem histórico, o comerciante denominado Mané Farofa (Manoel da Silva), que exerceu uma importante função de integração fronteiriça a partir de meados da década de 1970. Finalizamos com a discussão sobre vocação produtiva do PAR Bocaina, avaliando suas potencialidades e possível utilização delas em um projeto de desenvolvimento local.

2. FRONTEIRAS, TERRITORIALIDADES E ASSENTAMENTOS RURAIS NOS ESPAÇOS FRONTEIRIÇOS DE MATO GROSSO DO SUL

A construção de um espaço nas áreas de fronteira também possui suas etapas, seu histórico. Neste capítulo, apresentamos a estruturação da região da fronteira Oeste Brasil- Bolívia, com destaque a configuração das áreas rurais.

No primeiro item apresentamos uma discussão sobre o conceito de fronteira, enfatizando a ideia de que sendo um tema muito complexo. Não podemos compreendê-la através de apenas uma ou duas óticas, mas de diversificadas formas, pois as fronteiras se concebem de forma dissemelhantes nas diversas regiões do mundo.

Em seguida destacamos a análise sobre territorialidades verificando a importância de investigar as dinâmicas desenvolvidas e aplicadas pelas populações fronteiriças que no decorrer do tempo vão moldando as características territoriais do local. Neste trabalho, especificamente, as interações entre comunidades rurais confluentes no espaço fronteiriço Brasil (Corumbá) – Bolívia (Puerto Quijarro).

No terceiro momento do capítulo são demonstradas informações sobre o processo de reforma agrária nos municípios fronteiriços do estado de Mato Grosso do Sul, dados pertinentes a implantação de assentamentos rurais que no decorrer do processo constituem uma nova formação no desenvolvimento dessas regiões. Posteriormente, oferecemos informações sobre a implantação de assentamentos na região de Corumbá, onde famílias oriundas de diferentes localidades do Brasil vieram se instalar, dando início a uma nova caracterização das interações fronteiriças nas dimensões social, político, econômico e cultural.

No terceiro momento do capítulo são demonstradas informações sobre o processo de reforma agrária nos municípios fronteiriços do estado de Mato Grosso do Sul, dados pertinentes a implantação de assentamentos rurais que no decorrer do processo constituem uma nova formação no desenvolvimento dessas regiões. Posteriormente, oferecemos informações sobre a implantação de assentamentos na região de Corumbá, onde famílias oriundas de diferentes localidades do Brasil vieram se instalar, dando início a uma nova caracterização das interações fronteiriças nas dimensões social, político, econômico e cultural em consonância com o objeto de pesquisa, a comunidade rural Bocaina, que foi estruturada de acordo com esse modelo.

2.1 Entendimento de fronteira nesta pesquisa

Descrever a fronteira é uma tarefa que envolve muita complexidade, a partir do momento que ocorre a percepção que existem “fronteiras e fronteiras”. De acordo com Machado (2005), no âmbito das relações transfronteiriças, existem diferenças conforme as localidades onde elas ocorrem, em razão da imensa faixa territorial de fronteira do Brasil com outros países da América do Sul. Não apenas o aspecto geográfico, mas ainda o grau de importância dado pelo Estado a essas regiões e as formas de relações constituídas entre os habitantes da zona de fronteira.

Dessa forma podemos destacar que as regiões de fronteira têm suas semelhanças, mas também tem suas distinções que influenciam nas interações dos habitantes dessas localidades. Conforme Valhondo de la Luz (2010, p. 134):

Hablamos de miles de fronteras distintas, pero con un punto común por definición, esto es el límite. Pero como vemos a lo largo de la historia han cambiado y así lo seguirán haciendo. No consideramos que existan dos fronteras iguales, cada una ha sido moldeada por sus gentes, las que viven por y para la frontera, por los políticos, y por todos los que creyeron, fuera verdad o no, que había intereses que defender o que amasar en ellas.

Apesar da ação estatal para estruturar um sistema de controle pelo poder central, as fronteiras se sobressaem conduzindo, ao seu modo, a construção de situações que contemplem as necessidades locais. Incluem-se nesse processo, diferentes atores de distintos segmentos da sociedade.

Devemos nos atentar para o entendimento de que os significados sobre fronteira são construídos no decorrer do tempo histórico e que eles estão sujeitos a modificações originadas pela dinâmica da sociedade que em momentos diferentes ocasiona mudanças nas estruturas vigentes.

A princípio a fronteira era compreendida como uma área que pode ser controlada por um governo central, de onde advém as determinações de tratados que devem ser aplicados com o país vizinho (Machado, 2005). Muitas das vezes essas determinações não atingem as necessidades da realidade fronteiriça, sendo necessária a busca por outros caminhos ou estratégias para a resolução do problema local. Dessa forma verifica-se que a fronteira não deve ser vista como um conceito absoluto ou apenas como uma área periférica do Estado – Nacional. Deve ser considerada como possuidora de dinâmicas próprias construídas no cotidiano, seja no contato exterior com as populações vizinhas ou entre os habitantes do mesmo país.

Para quem vive no espaço fronteiriço, a fronteira não representa um limite, ao invés disso ela proporciona conexão e proximidade que estabelecem meios que dinamizam o cotidiano do território. De acordo com Costa (2013, p. 67) “a fronteira é uma construção sociopolítica que contém o limite internacional”. Apesar de possuir um limite territorial, o espaço fronteiriço se apresenta de uma forma diferenciada, pois o limite se torna impreciso devido a dinâmica e aos fluxos processados nessa área geográfica.

Nos dois lados do espaço fronteiriço o respeito pelo território se configura através das ações que ocorrem no decorrer da convivência e dos movimentos constituídos, situações que são estruturadas por diferentes atores que atuam nessa área geográfica. Conforme define Benediti (2011, p. 36) “un tipo particular de relación social ligada al cambio de localización de las personas y/o de los bienes; es una estrategia de reproducción social a partir de la relación entre lugares, definiendo trayectorias espaciotemporales complejas”. O limite físico de territórios na fronteira não impede os trajetos de ir e vir, de um lado para outro. A mobilidade humana no espaço fronteiriço aponta sempre para o interesse de qual lado se obterá o benefício necessário de forma individual ou coletiva.

A fronteira é entendida neste trabalho como região, ou zona de fronteira, como espaço fluído, com mobilidades para ambos os lados. Os atores sociais são aqueles que modelam as caracterizações das regiões de fronteira através de suas estratégias, constituindo as interações e dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais estabelecendo a territorialidade local. A concepção de que fronteira deve ser entendida como uma referência concreta de demarcação é desmistificada quando se observa que, na região, o que determina o verdadeiro significado é a mobilidade humana. Compreende-se que, “por el trazado, la demarcación y la localización, para sin renunciar a lo precedente, pasara colocarse en las prácticas de (re)producción social de la frontera” (Zapata-Barrero y Ferrer-Gallardo, 2012, p. 13). Portanto os marcos referenciais que delimitam os territórios materialmente, não definem a compreensão de territorialidade e muito menos de fronteira.

O território não pode ser compreendido de acordo com a visão de elementos externos que apenas percebem a fronteira através de suas delimitações. Deve ser visto, percebido e vivenciado através das relações entre as comunidades locais, “de manera más simple, el territorio sería una dimensión del espacio cuando el enfoque se concentra en las relaciones de poder” (Haesbaert, 2013, p. 20). Na complementação desse pensamento, compreendemos que a força que realmente constitui a territorialidade é a “força centrífuga” e não a “força centrípeta”. De acordo com Kralich et al. (2012, p. 114), “el territorio no lo identifica y delimita el observador

externo que se dispone a estudiarlo, sino los grupos sociales que mantienen relaciones de producción o reproducción, de vecindad o parentesco, etc.”.

O olhar geográfico se destaca como um elemento fundamental na análise e compreensão do espaço fronteiriço. Através dele podemos visualizar fundamentos mais além do que a materialidade imposta pela ideologia estatal. Busquemos, então, a conceitualização de fronteira e região que, a princípio, são dois termos que se diferenciam, mas que se forem confrontados os seus significados encontraremos muita coisa em comum. Baseado na concepção de que regionalização e fronteirização tem o sentido de delimitação, como comenta Benedetti (2018, p. 311)

Al igual que frontera, región es una categoría que hoy ofrece gran labilidad y generalización operativa. Pueden considerarse como equivalentes, a la vez que una lleva a la otra: toda regionalización supone algún tipo de fronterización (o delimitación). La fronterización es un instrumento fundamental para la regionalización y, de hecho, en su origen etimológico, regionalización es sinónimo de delimitación.

Ou seja, a regionalização constitui uma fragmentação do espaço geográfico e dessa fragmentação surgem as áreas de delimitação que originam as fronteiras, permitindo aduzir que a concepção de regionalização e fronteirização caminham no mesmo sentido.

A compreensão do espaço fronteiriço passa pelo entendimento do contexto internacional, ou seja, as áreas fronteiriças devem ser vistas como partes de uma rede mundial considerando as influências que recebem de outras regiões. Por outro lado, existe o fato de que as regiões de fronteira não são estáticas, elas desenvolvem e constituem suas estruturas e ações com características que definem o seu grau de pertencimento. De acordo com um estudo realizado por Montenegro e Béliveau (2006) na tríplice-fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, constatou-se a forma como as pessoas que habitam essas regiões visualizam a fronteira, verificando a ideia de que pertencem a humanidade, que na sua fragmentação geográfica abriu espaço para a América Latina e que, por sua vez, possui países fronteiriços, onde são formuladas diversificadas dinâmicas de acordo com as estratégias desenvolvidas pelos atores regionais.

Dessa forma, conclui-se que a fronteira está inserida em um contexto mundial que vai se subdividindo e originando regiões com suas diferentes características referentes a sua pluralidade de culturas, legislações, discordâncias geopolíticas e posições opostas de projetos nacionais. Em meio a todas essas turbulências de situações surge a construção das fronteiras ou a fronteirização que, diante desse processo, passam a contribuir para a estruturação regional e mais adiante a estruturação mundial.

A fronteira apresenta traços rebeldes as vezes com intensidade maior, as vezes com intensidade menor, levando-se em conta sua dinâmica cotidiana das relações políticas sociais,

culturais e econômicas. A fronteira Oeste Brasil-Bolívia, não foge a essa peculiaridade que advém desde a formação dos territórios latino-americanos com a dominação e exploração dessas regiões pelos europeus, principalmente portugueses e espanhóis (Oliveira, 2015).

Passiva a influência externa, a região de fronteira reflete os acontecimentos exógenos, passando por visíveis transformações. Foi o que ocorreu no processo de mundialização e consequentemente na globalização os rumos das relações internacionais em termos globais impactaram a vida das populações de diferentes regiões do planeta, inclusive as fronteiriças.

Na fronteira Oeste esse fenômeno ocasionou diversas mudanças promovidas pela navegação fluvial mediante atividades mercantis, tendo como polo principal a cidade de Corumbá, que passou a ter um porto movimentado por conta das mercadorias chegadas de várias partes do Brasil e do mundo. O interessante nesse movimento que as fronteiras com as quais Corumbá tinha um contato mais direto não incluía a que estava mais próxima fisicamente que era a Bolívia. As relações oficiais de diplomacia, comércio e até mesmo cultural se realizavam com a Argentina, Paraguai e Uruguai (Oliveira, 2015. p. 128).

Apesar de estar geograficamente mais próximo da Bolívia, essa era a fronteira “mais distante”, devido ao que chamamos de distanciamento cultural, econômico e diplomático presente entre as comunidades residentes nessa área fronteiriça. Fatores esses que prejudicavam a aproximação entre essas duas nações latino-americanas (Oliveira, 2015, p. 129)

Cabe ressaltar que, mesmo com esse distanciamento, existiam dinâmicas que “removiam contra a maré”. Ações que traçavam características de uma rebeldia fronteiriça. Uma delas, por exemplo, era desenhada por um comércio ilegal, onde um pequeno grupo conseguia chegar até Puerto Suárez (Bolívia) e obter produtos importados a preços muito inferiores do que eram praticados na cidade de Corumbá (Brasil). De acordo com Amorim (1917, p. 455), “apesar da vigilância dos empregados da alfândega brasileira, reina o contrabando, com grave prejuízo para o commercio de Corumbá”.

Outra rebeldia era representada por um grande número de bolivianos residentes no município de Corumbá. Os deslocamentos tinham motivações nas condições de vida que se apresentavam na região de Puerto Suárez, principalmente no que se refere a questão de infraestrutura (saneamento básico, água, transporte e habitação). Pessoas oriundas de outras regiões da Bolívia vinham para se estabelecer no município de Puerto Suárez e não encontravam boas condições migrando para o outro lado da fronteira, especificamente para Corumbá (Oliveira, 2015, p. 130).

Diferenciando-se do que era normal, ou seja, o contato com os países platinos, essas atitudes rebeldes na fronteira Brasil-Bolívia começaram a conformar um novo formato nas

relações entre esses países vizinhos, de modo mais contundente entre as populações fronteiriças, relações estabelecidas pela inclusão e pela exclusão social que dariam um novo rumo para a construção do espaço fronteiriço.

2.2 Territorialidades e interações fronteiriças no meio rural

Uma compreensão bem relevante que temos que considerar é o conceito de território. Conforme afirma Souza (2001, p. 108) “em qualquer circunstância, o território encerra a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo”. Por esse pensamento, o território foge às regras ideológicas de um poder centralizado estatal, assumindo características de um território independente onde os habitantes possuem liberdade de tomar decisões e desenvolver seus potenciais construindo, dessa forma, um espaço social mais harmonioso.

Saquet (2004) justifica os distintos entendimentos da conceituação de território tendo em vista os três aspectos citados por Rogério Haesbaert (jurídico-política, econômica e cultural), imprescindíveis para a realização das interações.

[...] as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas, efetivam um território, um processo social, no (e com o) espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades/temporalidades/territorialidades. A apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais (Saquet, 2003, p. 28).

Junto aos aspectos econômicos, políticos e culturais, Saquet (2003) inclui mais uma vertente que é o da natureza, em que deixa evidente que ela sempre fará parte do território de forma inseparável.

De acordo com Gupta e Ferguson (2000, p. 35), “no espaço pulverizado da pós-modernidade, o espaço não se tornou irrelevante: ele foi reterritorializado de um modo que não se conforma à experiência de espaço que caracterizava a era da alta modernidade”. Dessa forma, tem-se a compreensão de que novas identidades se originam, pela confluência de territorialidades tornando-se cada vez mais misturadas e heterogêneas.

Territorialidades “são as estratégias adotadas para se alcançar um objetivo territorial; para imposição, mesmo que aparentemente despretensiosa, de uma ideologia, de uma forma de controle das ideias, com reflexos no território” (Costa, 2023, p. 154). O reconhecimento do território, das suas práticas, dinâmicas, culturas, identidades refletem nas territorialidades que, por sua vez, são produtoras de territórios.

Mesmo no aspecto econômico ou político, percebemos que a fronteira é uma região marcada por diferenças, com suas normas e legislações, delimitadas, fisicamente impostas pelo Estado. As regulações ocorrem para dentro, para o interior do território, onde estão as atividades produtivas e a ordenação social.

Ao se definir fronteira como centro, deve-se mudar de procedimento e compreendê-la como um local de habitação, de vivência e convivência das pessoas dessas localidades. Ao analisarmos a fronteira temos que refletir primordialmente o que é “ser de fronteira”, informação relevante nas investigações científicas sobre o tema. Partindo do pressuposto que ser de algum lugar é possuir características únicas que o representam, deve-se entender a fronteira como um lugar único com suas marcantes especificidades construídas em tempos anteriores. Quando o Estado impõe a fronteira política, ele busca impedir a constituição de uma singularidade fronteiriça, sendo que o mesmo não consegue obter êxito nessa incumbência (Nogueira, 2007).

Nas áreas rurais de fronteira internacional esse processo se apresenta da mesma forma, ou seja, mesmo existindo as determinações da fronteira política, as populações dessas localidades desenvolvem formas de sobrepor os limites impostos pelo Estado. Sobressair para criar formas de estratégias que garantam a sua resistência e consequentemente a sua sobrevivência. Esse pensamento reforça a ideia de que a fronteira possui identidades concebidas de acordo com as características locais. Sendo a fronteira internacional um espaço de passagem do poder central, a sociedade fronteiriça pode se por meio de uma identidade originada a partir de única nacionalidade ou de duas ou mais nacionalidades, isto é formada a partir da convivência dos habitantes de cada franja fronteiriça. Como salienta Benedetti (2018, p. 311):

La idea de fronterización (inicialmente propuesta en inglés como bordering) refiere a un esfuerzo estratégico y continuo de creación de diferencias en el espacio con el establecimiento de fronteras. Así, surge la posibilidad relacional entre unos y otros espacialmente diferenciados: entre los de acá y los de allá. Otras veces, la fronterización busca dar coherencia o integridad un conjunto espacial: todos nosotros somos los que estamos desde acá hasta una frontera.

O sistema operacional dos Estados Nacionais busca manter o controle por meio de políticas de fronteira, mas as demandas não são atendidas. Então, “os de lá e os de cá” se interagem criando novas estruturas constituindo uma identidade fronteiriça com suas marcantes peculiaridades. Conforme Ferrari (2011, p. 284):

Enquanto as interações transfronteiriças mais econômico-comerciais legais e ilegais se estabelecem por períodos ou ciclos econômicos e até por variações cambiais, as interações transfronteiriças imateriais são, por vezes, mais permanentes. Exemplo disso são os laços de parentesco gerados pelas alianças matrimoniais, e os laços de amizade e compadrio, dentre outras. Essas interações imateriais não se estabelecem meramente por ciclos econômicos e nem findam com eles, elas se estabelecem no

convívio social e cotidiano da fronteira que une os fronteiriços de um lado ao outro da fronteira e gera frequente mobilidade geográfica social.

Nesse sentido compreendemos que as interações baseadas nos ciclos econômicos podem influenciar na dinâmica de uma região fronteiriça, mas não de uma forma permanente, se esvaindo de acordo com o enfraquecimento do ciclo. Por outro lado, coexistem as interações imateriais que não ocorrem meramente pelo motivo econômico, mas se estruturam principalmente pela convivência do dia-a-dia do espaço fronteiriço, tornando esse tipo de interação mais permanente do que o ciclo econômico comercial (Ferrari, 2011).

As áreas transfronteiriças em desenvolvimento e até mesmo já estabelecidas se apresentam com características de uma geopolítica de forma calculada dividida no espaço e no tempo. Para Machado, Ribeiro e Monteiro (2014, p. 28), “a geopolítica que emerge desses processos é fragmentada porque cada pequeno espaço tem uma dinâmica particular que não se explica completamente pela dinâmica geral ou mesmo binacional”. Mesmo com ações do Estado em diferentes aspectos (jurídico, econômico e político), também acontecem ações de outros atores, que podem ser divergentes daquelas do governo central. Na maioria das situações, a falta de planejamento e controle impedem o atendimento das necessidades dos atores locais, que buscam por meio de diferentes estratégias suprir essas mesmas necessidades.

No espaço fronteiriço em estudo são analisadas comunidades rurais fronteiriças, separadas apenas por uma estrada que dá acesso à região, denominada estrada municipal do Jacadigo. As comunidades, tanto do lado brasileiro quanto do lado boliviano, interagem cotidianamente constituindo uma territorialidade específica da região. Conforme Costa e Sabatel (2014, p. 34):

Nesse espaço rural fronteiriço, apesar da paisagem ser aparentemente homogênea, cada comunidade instalada possui características e temporalidades particulares. A partir da descrição e análise das mobilidades e territorialidades individuais, carregadas de informações coletivas, é possível compreender cada arranjo territorial. A fronteira é resultado da composição dessas totalidades, apresentando problemas comuns, como dificuldades no setor de saúde, carência de água (para consumo e para produção) e a falta de postos de trabalho para a maioria dos membros dessas comunidades.

Mesmo apresentando semelhanças entre si, as comunidades fronteiriças possuem características inerentes a cada localidade. Cada uma ao seu modo busca soluções para seus problemas vivenciados no cotidiano. Cabe dizer que muitos desses problemas ocorrem tanto de um lado quanto do outro. As dificuldades do atendimento adequado à saúde, a falta de água para produzir e consumir e a carência de empregos estimulam o abandono das áreas rurais para as periferias urbanas. Esse cenário se repete em vários municípios limítrofes, com arranjos específicos, a partir das combinações de seus elementos territoriais.

2.3 A Reforma Agrária em espaços lindeiros no estado de Mato Grosso do Sul

A ocupação e controle das terras remonta a história do Brasil Imperial. A Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, denominada Lei de Terras, tratava sobre a questão das terras daqueles tempos. Estabelecia regras sobre as terras devolutas no período imperial brasileiro, e também aquelas que foram adquiridas por meio de título de sesmaria sem cumprimento de requisitos ou exigências das condições legais (Brasil, 1850). Sobre as terras localizadas em região de fronteira esta lei estabelece que:

Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.

Exceptuam-se as terras situadas nos limites do Império com paizes estrangeiros em uma zona de 10 leguas, as quaes poderão ser concedidas gratuitamente (Brasil, 1850).

Em outras palavras, as terras localizadas nas fronteiras seriam as únicas que poderiam ser concedidas de forma gratuita pelo Estado.

A Lei nº 4504, de 30 de novembro de 1964, estabeleceu as regras sobre as terras no país, conhecida como o Estatuto da Terra. Foram regulamentados os direitos e as obrigações relativas aos imóveis rurais e as condições para destinação e efetivação da Reforma Agrária (Brasil, 1964).

O Estatuto da Terra foi elaborado com a intenção de atingir os seguintes objetivos: promover a reforma agrária e os moldes em que se realizaria a mesma, a distribuição de terras e a instituição de órgãos cumpridores de tais tarefas, especificamente o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA – atual INCRA). Ainda, regulamentou a política de desenvolvimento rural, estabelecendo tributos, formas de assistência técnica, cooperativismo, apoio financeiro, administração temporária de imóveis rurais, arrendamento, parcerias e também estudos em relação a designações de imóveis, relações de posse temporária de imóveis rurais, regulamentando os contratos de arrendamento e parceria, além de previsões acerca de titulações de imóveis apropriados por detentores de terras devolutas a nível federal (Brasil, 1964).

A área de fronteira internacional é mencionada no primeiro parágrafo do artigo 11 e no artigo 59, nos seguintes termos:

Art. 11. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária fica investido de poderes de representação da União, para promover a discriminação das terras devolutas federais, restabelecida a instância administrativa disciplinada pelo Decreto-Lei n. 9.760, de 5 de setembro de 1946, e com autoridade para reconhecer as posses legítimas manifestadas através de cultura efetiva e morada habitual, bem como para incorporar ao patrimônio público as terras devolutas federais ilegalmente ocupadas e as que se encontram desocupadas.

§ 1º Através de convênios, celebrados com os Estados e Municípios, iguais poderes poderão ser atribuídos ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, quanto às terras

devolutas estaduais e municipais, respeitada a legislação local, o regime jurídico próprio das terras situadas na faixa da fronteira nacional bem como a atividade dos órgãos de valorização regional.

Art. 59. O órgão competente do Ministério da Agricultura referido no artigo 74, poderá criar núcleos de colonização, visando a fins especiais, e deverá igualmente entrar em entendimentos com o Ministério da Guerra para o estabelecimento de colônias, com assistência militar, na fronteira continental.

Por outro lado, foi ainda no século XIX que se configurou o conceito de faixa de fronteira atrelado a preocupação de segurança nacional devido a diversos conflitos internacionais e que o Brasil se envolveu, citando com os exemplos a Guerra da Cisplatina e do Paraguai. O Estado brasileiro constatou que era urgente concretizar e legitimar a propriedade territorial definindo os limites geográficos com os países vizinhos.

A Constituição de 1891 tratava do tema referendando a determinação de que o Congresso Nacional criasse mecanismos legislativos que tivessem a função de garantir a soberania nacional em regiões de fronteira. Esse foi o marco inicial para essa questão, e a partir daí as Constituições posteriores e leis de cunho inferior passaram a discutir e legislar sobre o assunto determinando demarcações para as faixas de fronteira que começaram com 66 quilômetros, posteriormente passando a 100 quilômetros e, finalmente, em 150 quilômetros da linha divisória para o interior do território brasileiro.

Em de 2 de maio de 1979 foi publicada a Lei nº 6.634/79 que dispõe sobre a Faixa de Fronteira em 150 km para dentro do território nacional contada a partir do limite internacional (Brasil, 1979). Esta Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980. O Art 5º do capítulo II, que trata da alienação e concessão de terras públicas, indica que “para a alienação e a concessão de terras públicas na Faixa de Fronteira, o processo terá início no instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)” (Brasil, 1980).

Essa condição é reforçada no Art. 22 do capítulo V, que trata da colonização e loteamentos rurais, quando reafirma que “para a execução das atividades de colonização e loteamentos rurais, na Faixa de Fronteira, serão observadas as prescrições gerais da legislação agrária específica e o processo terá início no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)” (Brasil, 1980).

A Constituição Federal de 1988, além de manter os 150 km de faixa de fronteira como espaço de segurança nacional, em seu Art. 20 sobre o que considera como bens da União, no inciso II determina que “as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei” (Brasil, 1988).

A partir do reconhecimento de que a faixa de fronteira é carente de políticas públicas

para a promoção do seu desenvolvimento, o governo federal encomendou ao Grupo Retis, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF). O objetivo central desse Programa é possibilitar o desenvolvimento da Faixa de Fronteira através de sua composição física, social e produtiva, criando possibilidades de aperfeiçoar as potencialidades locais com vistas a associação com outros países da América do Sul. Nesse sentido, visa empreender projetos que valorizem a diversidade local e se orientam por meio de diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) (Brasil, 2005).

De acordo com o PDFF, a macrodivisão da Faixa de Fronteira é subdividida em três grandes arcos. O Arco Norte, corresponde a Faixa de Fronteira dos Estados do Amapá, Pará, Amazonas e os Estados de Roraima e Acre (inteiramente localizado na Faixa de Fronteira). O Arco Central, representa a Faixa de Fronteira dos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O Arco Sul, se relaciona a fronteira dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Brasil, 2005).

O Arco Central, que mais diretamente interessa a este trabalho, é dividido em oito sub-regiões baseadas nas suas características produtivas e culturais: (VII) Madeira-Mamoré; (VIII) Fronteira do Guaporé; (IX) Chapada dos Parecis; (X) Alto Paraguai; (XI) Pantanal; (XII) Bodoquena; (XIII) Dourados; (XIV) Cone Sul-mato-grossense (Brasil, 2005). Os quatro últimos estão localizados no estado de Mato Grosso do Sul.

Contudo, existe forte diferença, em termos de interações fronteiriças entre municípios lindeiros e não lindeiros. O PDFF classifica como municípios lindeiros:

- a) aqueles em que o território do município faz limite com o país vizinho e sua sede se localiza no limite internacional, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semiconurbação com uma localidade do país vizinho (cidades-gêmeas);
- b) aqueles cujo território faz divisa com o país vizinho, mas cuja sede não se situa no limite internacional; e
- c) aqueles cujo território faz divisa com o país vizinho, mas cuja sede está fora da Faixa de Fronteira (Brasil, 2005).

A partir desta definição, foram considerados como municípios lindeiros em Mato Grosso do Sul: Corumbá, Ladário, Porto Murtinho, Caracol, Bela Vista, Antônio João, Ponta Porã, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Paranhos, Sete Quedas, Japorã e Mundo Novo (Quadro 1). O município de Ladário foi incluído como lindeiro, mesmo não tocando a linha internacional, em razão da intensa interação social e mobilidades transfronteiriças com os bolivianos e Corumbá.

Em seguida a este breve resgate histórico na legislação sobre as possibilidades de colonização e sobre a noção de faixa de fronteira no Brasil, é possível alguns elementos da Reforma Agrária no estado de Mato Grosso do Sul que, à semelhança do histórico brasileiro,

possui seu espaço agrário com características latifundiárias e estrutura social excludente. Esse fato implicou em inúmeras ocupações realizadas por trabalhadores rurais sem terra.

Quadro 1 - Municípios limieiros em Mato Grosso do Sul, conforme classificação do PDFF

Classificação do PDFF	Municípios limieiros em Mato Grosso do Sul
Cidades-gêmeas	Bela Vista, Coronel Sapucaia, Corumbá, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã e Porto Murtinho
Território em contato, mas sede afastada do limite internacional	Aral Moreira, Ladário, Antônio João, Caracol, Japorã e Sete Quedas.
Território em contato com o limite internacional, mas sede fora da faixa de fronteira	Nenhum município nesta classificação

Fonte: Brasil, 2005. Org. Autor, 2024.

Como exemplo das primeiras organizações dos trabalhadores na luta pela terra no Sul do estado, em 1979, podemos citar a ação judicial que os arrendatários das fazendas Entre Rios, Água Doce e Jequitibá, localizadas no município de Naviraí, impetraram na justiça para garantir a permanência nas mesmas pelo período de mais três anos. Isso deixa evidente que a concentração de grandes extensões de terras já estava configurada quando da criação do Estado com o desmembramento de Mato Grosso (Menegat, 2009).

Nos anos de 1980, por meio do Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA), foram criados 25 projetos de assentamentos no Estado, com 22 sob responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e três do governo estadual. A área utilizada para implantar esses assentamentos foi de 147.000 hectares, e foram atendidas 5.230 famílias, abrangendo 18 municípios.

Em Mato Grosso do Sul, as políticas implantadas pelos órgãos governamentais, impulsionaram o crescimento do número de ocupações nas áreas consideradas improdutivas e os processos de desapropriação arrastam-se pelo judiciário sem nenhum prazo determinado de parecer. Por outro lado, os assentamentos existentes também sofrem com a falta de um projeto coerente que ofereça os recursos necessários para o agricultor familiar permanecer na terra, por meio de uma infraestrutura adequada, onde o abastecimento de água, a manutenção regular das estradas e a assistência técnica adequada são imprescindíveis para a melhoria de qualidade de vida, a verdadeira fixação do homem no campo e o aumento da produtividade (Fernandes, 2001).

Situações como a exploração da mão de obra nas colheitas de algodão, milho e feijão, o desemprego nas cidades e no campo e a expulsão dos trabalhadores rurais que se encontravam em terras paraguaias, levaram a formação de grande contingente de famílias sem-terra que organizaram acampamentos à beira das estradas e nas áreas periféricas de algumas cidades do Sul do Estado de Mato Grosso do Sul (Nova Andradina, Taquarussu, Sete Quedas, Paranhos, Jateí, Dourados, Eldorados, Caarapó, Deodápolis, Mundo Novo, Naviraí e Glória de Dourados).

Para resolver paliativamente essa situação, no ano de 1987, foi criado o assentamento Provisório Marcos Freire (antiga Fazenda Santo Inácio), localizado no município de Dois Irmãos de Buriti, para reunir as famílias dos acampamentos existentes, até que se definisse o processo de desapropriação de algumas áreas onde seriam implantados os assentamentos definitivos. Para que isso ocorresse foi necessário pressionar os órgãos governamentais estaduais e federais, via atos como a ocupação da sede do INCRA em Campo Grande/MS e a formação de comissões que se dirigiam a Brasília, para exigir que os processos de desapropriação fossem realizados adequadamente, com maior agilidade e eficácia (Silva, 2004).

O que chamou a atenção desta pesquisa foi a “descoberta” da existência da modalidade de assentamento Projeto de Assentamento Rápido (PAR) em Corumbá, não mais considerado como modalidade de projeto para assentar famílias pelo INCRA. Em Mato Grosso do Sul a modalidade PAR se faz presente em apenas duas experiências: um implantado no município de Cassilândia (PAR Vaca Parida) e o outro implantado em Corumbá (PAR Bocaina), na área próxima ao limite internacional com a Bolívia.

Dentre os municípios sul-mato-grossenses classificados como lindeiros, quatro não possuem assentamentos rurais implantados em suas respectivas áreas: Antônio João, Aral Moreira, Caracol e Porto Murtinho. Ponta Porã, com 8; Corumbá, com 7; Bela Vista e Paranhos com 5, cada, possuem as maiores quantidades de projetos de assentamentos (PA) implantados (Quadro 2).

Quadro 2 – Assentamentos rurais em municípios limítrofes em Mato Grosso do Sul

Município	Nome PA	Famílias As-sentadas	Área do PA	Data de Criação
Aral Moreira	PA Santa Catarina	78	1958,6037	04/12/1998
Bela Vista	PA Itá	44	1503,9075	04/06/1987
	PA Tupanceretan	80	2546,4421	27/12/1996
	PA Caracol	152	6326,5804	11/08/1998
	PA Ressaca	28	1464,8576	26/12/2001
	PA Nery Ramos Volpatto	160	2348,4576	24/11/2004
Corumbá	PA Tamarineiro	154	3812,1735	03/07/1984
	PA Urucum	78	1962,4649	08/01/1986
	PA Mato Grande	36	1264,3543	13/07/1987
	PA Taquaral	378	10013,9698	20/10/1989
	PA Tamarineiro II	309	10635,5828	15/12/1995
	PA Paiolzinho	65	1198,0329	11/03/1996
	PA São Gabriel	198	4683,8151	04/11/2005
Japorã	PA Savana	212	5674,7702	23/12/1998
	PA Indianópolis	55	1739,1668	26/09/2000
	PA Jacob Franciozi/Princesa do Sul	226	4495,422	28/12/2007
	PA Princesa do Sul	23	1960,4987	28/07/2009
Ladário	PA 72	83	2343,4143	14/10/1998
Mundo Novo	PA Pedro Ramalho	87	1887,9187	26/09/2000
Paranhos	PA São José do Jatobá	57	2530,9075	23/06/1987
	PA São Cristóvão	22	947,8198	30/03/1999
	PA Vicente de Paula Silva	38	1138,941	04/09/2001
	PRB Beira Rio	43	988,6629	20/12/2007
	PA Cabeceira do Rio Iguatemi	32	1655,9845	18/12/2007
Ponta Porã	PA Corona	57	1095,8569	03/06/1997
	PA Dorcelina Folador	263	8011,8525	27/11/2000
	PA Boa Vista	72	2050,3703	07/02/2000
	PA Nova Era	97	2802,0089	06/11/2000
	PA Itamarati - AMFFI	129	3585,0153	29/12/2000
	PA Itamarati - CUT	245	6332,3957	29/12/2000
	PA Itamarati - FETAGRI	329	8164,0846	29/12/2000
	PA Itamarati - MST	283	7226,5044	29/12/2000
	PA Aba da Serra I	38	726,6288	05/12/2007
	PA Aba da Serra II	17	347,3773	24/12/2007
	PA Itamarati II FETAGRI	550	24619,913	30/09/2004
	PA Itamarati II MST	452	8551,2089	30/09/2004
	PA Itamarati II CUT	229	3919,6772	30/09/2004

	PA Itamarati II FAF	136	2215,4906	30/09/2004
	PA Itamarati II FAFI	108	1238,5425	30/09/2004

Fonte: INCRA. Superintendência Regional Mato Grosso do Sul - SR 16, 2017. Adaptado pelo autor.

Um aspecto importante que merece ser destacado é que, apesar da permissão legislativa para a implantação de assentamentos rurais em áreas fronteiriças, quatro municípios não possuem nenhum projeto de Reforma Agrária implantado. Isso se deve, provavelmente aos jogos territoriais de poder, falta de ação do órgão governamental (INCRA) ou por não existirem terras aptas para o parcelamento fundiário. Por outro lado, alguns municípios lindeiros se destacam, como é o caso de Corumbá, com sete e de Ponta Porã, com 15 assentamentos implantados.

Apesar de todos possuírem mais de 15 anos de existência, a garantia de posse de forma definitiva com os títulos de propriedade ainda é um sonho para a maioria das famílias assentadas. Cabe ponderar que o título de posse empodera a família, mas não garante sua permanência na terra. Para isso, são necessárias políticas públicas de apoio à produção e comercialização de produtos da agricultura familiar.

O governo central busca legalizar de forma menos complexa a ocupação das regiões fronteiriças tendo em vista, não apenas a segurança nacional, mas a ampliação da produtividade agrícola, pecuarista e extrativista reduzindo de forma substancial a ilegitimidade de usufruto dessas terras.

Conforme Coelho e Freitas (2021), tanto no Brasil quanto em Mato Grosso do Sul do Sul a Reforma Agrária se materializou por conta das lutas dos movimentos sociais rurais que objetivavam a aquisição de terras com a finalidade de implantar e estruturar projetos de assentamentos. Também, devido a situações contraditórias da política agrária brasileira que, paralelamente, proporcionou o desenvolvimento do setor agropecuário e, ao mesmo tempo, foi pressionada para criação de pequenas propriedades rurais com o objetivo de acalmar as tensões por causa da concentração da propriedade da terra.

A base central da política agrária é o estabelecimento de assentamentos rurais que é fruto dos conflitos existentes entre as atuações do governo, sob influência da elite latifundiária, e da luta desenvolvida pelos movimentos sociais que não se sentem contemplados por essas atuações referentes a distribuição de terras (Coelho e Freitas, 2021). Na sua constituição histórica o Brasil se estruturou como um território latifundiário que beneficiou sempre a elite política, financeira e social do país enquanto detentora do poder administrativo, enquanto por outro

lado, parcela da população se organiza em movimentos sociais na luta para romper com a configuração agrária vigente, visando o estabelecimento de uma reforma agrária que contemple a agricultura familiar.

2.4 A formação dos assentamentos rurais em Corumbá

De modo específico, duas frentes migratórias abriram caminho para a formação dos assentamentos rurais no município de Corumbá. Uma corresponde aos trabalhadores rurais (antigos boias-frias) assalariados, arrendatários expropriados pela modernização do campo (monocultura da soja) organizados em torno do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e os que se deslocaram de vários acampamentos da região Sul do Estado. A outra frente correspondeu à própria população pantaneira (trabalhadores das fazendas), assim como ex-proprietários expulsos pelas águas, antigos arrendatários, formando nova demanda no processo de reforma agrária, impulsionando e consolidando a criação dos assentamentos rurais na parte alta de Corumbá (Menegat, 2009; Curado, 2003).

Como se configurou em um período extenso e de intensas lutas pela garantia da terra, as famílias de trabalhadores rurais se depararam em um estágio de exaustão devido a inúmeros obstáculos surgidos nos momentos de negociação com os órgãos governamentais. Com isso, passaram a ter somente a possibilidade de serem assentadas em terras pantaneiras (Menegat, 2009).

Após prolongada negociação com o órgão responsável (INCRA), as famílias envolvidas no movimento optaram por vir a se estabelecer em terras destinadas a ela no município de Corumbá. Chegando na região passaram a enfrentar situações adversas que não encontrariam em outras regiões do estado, principalmente relacionadas ao clima (altas temperaturas), a qualidade do solo, a escassez de chuvas em longo período ano e a qualidade da água (salobra), aspectos que dificultariam a produção agrícola e consequentemente a sua sobrevivência nessa localidade (Curado, 2003)

É importante ressaltar a transformação que ocorre nas relações entre os assentados a partir do momento em que conseguem o acesso à terra. Em meio a todo esse processo surgem novas situações, como comenta Medeiros (1994, p. 19):

Se no momento da luta, da gestação de uma Utopia é possível falar da priorização de uma identidade construída nesse processo, uma vez obtido o acesso à terra e colocadas questões em termos da produção, da decisão sobre formas de organização e até mesmo de localização de famílias, revelam-se diferenciações que se referem a aspectos tanto econômicos, quanto culturais e políticos.

Existe a necessidade de análise mais detalhada de eventos que ocorrem em dois momentos distintos na trajetória da luta dos trabalhadores rurais. Primeiramente os enfrentamentos realizados para a conquista da terra, que possui como característica marcante a organização de uma coletividade. E após a conquista dos lotes, onde surgem novas demandas, novas pautas de discussão e resolução de problemas relacionados a estruturação e desenvolvimento da produção nos assentamentos, onde se destaca o esforço para a manutenção do empenho coletivo, uma vez que as relações sociais sofrem transformações que abrem espaço para a divisão e individualidade (Medeiros, 1994).

Em Corumbá foram criados sete assentamentos da Reforma Agrária no modelo PA. O Projeto de Assentamento Tamarineiro I foi instituído por meio do ato de criação do INCRA, Resolução n.º 142 de 03 de julho de 1984, que corresponde a uma área de 3.797,1623 ha, nas fazendas Taquaral e Tamarineiro, repassadas ao INCRA pelo Grupo Chamma (Portaria n.º 061 de 19 de março de 1984), para a execução do projeto de assentamento de parcelheiros com 134 unidades agrícolas familiares e um núcleo urbano (agrovila) (Incra, 1984a; 1984b).

O Projeto de Assentamento Urucum se situa a 16 km ao Sul da área urbana de Corumbá, às margens da rodovia BR 262, com 1.978 ha. Possui 86 famílias assentadas com uma média de 18 ha cada (a maior parcela dispõe de 52,5 ha e a menor 10,9 ha). Foi criado em 1985, formado por famílias de antigos ribeirinhos, reassentados por motivo da construção da hidrelétrica de Itaipu (Movimento de Luta Contra Barragens (Curado, 2003).

O Projeto de Assentamento Mato Grande foi criado em 1988 e constituído por uma área de 1.264,35 ha, situado a 20 km do distrito de Albuquerque e a 60 km da área urbana de Corumbá. O assentamento Mato Grande é delimitado ao Norte com a baía do Mato Grande, ao Sul, com a fazenda Santa Rita, a Leste com a fazenda Santo Antônio e, a Oeste, com fazenda Monjolinho. Os grupos familiares que compõe o PA são originárias, em sua maioria, dos estados de São Paulo e do Paraná e eram trabalhadores da agricultura. São 50 famílias assentadas, com parcelas de terra que variam de tamanho, sendo a menor delas com 13,5 ha, e a maior com 29 ha. (Curado, 2003).

O assentamento Taquaral está localizado a 12 quilômetros da sede do município de Corumbá. Foi criado a partir da expropriação de uma área devoluta, pelo decreto número 92.621, com emissão e posse em 04/05/89 (Incra, 1989a). O PA Taquaral foi instalado por meio da portaria número 576, de 13/07/1989 (Incra, 1989b). Do total de famílias, 89 foram cadastradas pelo INCRA no município de Corumbá e 305 foram selecionados de outros municípios do Estado (Incra, 1989c).

O Assentamento Tamarineiro II foi criado pela Portaria n.º 117, de 15 de dezembro de

1995, com a previsão de constituição de 400 unidades agrícolas familiares (Incra, 1995). No D.O.U n.º 116 de 20/06/1997, ocorreu uma retificação da Superintendência Regional do INCRA ampliando para 428 lotes em uma área de 10.635,5828 ha. Após essa retificação o assentamento Tamarineiro II ficou subdividido em Tamarineiro II Sul e Tamarineiro II Norte (Brasil, 1997).

A área do assentamento Paiolzinho foi obtida pelo INCRA (também do Grupo Chamma) pela expropriação de outra parcela da Fazenda Tamarineiro com área de 1.196,7523 ha. O assentamento foi criado pela Portaria n.º 9, de 11 de março de 1996 (Incra, 1996) que inicialmente previa a formação de 50 unidades agrícolas familiares, aumentando para 72 pequenas propriedades por meio da retificação da Superintendência Regional do INCRA/MS n.º 116, de 20 de junho de 1997 (Incra, 1997).

O Projeto de assentamento São Gabriel foi criado pela Portaria nº 035 de 04 de novembro de 2005 com uma área de 4.683,8151 ha., onde estão assentadas 292 famílias oriundas de várias partes do estado (Incra, 2005).

2.5 Modalidades de assentamentos rurais e o caso do PAR — Projeto de Assentamento Rápido

Oficialmente, a criação de um assentamento rural é definida por meio da publicação de uma portaria que relaciona informações como os dados do imóvel, o número de famílias a ser assentada, a denominação do projeto de assentamento e os procedimentos a serem tomados para que se efetive o estabelecimento do Projeto (INCRA, 2023).

Os assentamentos rurais podem ser classificados em duas categorias:

1. Os que são implantados pelo INCRA por meio da aquisição de terras, e que recebem a denominação de PA, onde se incluem os assentamentos com características ambientais e o Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável (PDAS).
2. Os que são criados por instituições governamentais com anuência do INCRA, possibilitando dessa forma a canalização de recursos federais para a efetivação de políticas públicas via Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Na atualidade existem diferentes modalidades de assentamentos rurais implantados pelo INCRA em todo território nacional, cada um com suas especificidades, correspondentes a diferentes fatores que abrangem a localização geográfica, a sustentabilidade, a legislação, a preservação ambiental, a política pública, a atividade econômica e outros (Quadro 3).

Quadro 3 - Modalidades de Projetos criados pelo Incra, Brasil, 2023

MODALIDADE	SIGLA	CARACTERÍSTICAS
Projeto de Assentamento Federal	PA	✚ Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do Incra; ✚ Aporte de recursos de crédito, Apoio Instalação e de crédito de produção de responsabilidade da União; ✚ Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; ✚ Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) de responsabilidade da União.
Projeto de Assentamento Agroextrativista	PAA	✚ Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do Incra; ✚ Aporte de recursos de crédito, Apoio Instalação e de crédito de produção de responsabilidade da União; ✚ Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; ✚ Titulação (Concessão de Uso) de responsabilidade da União; ✚ Os beneficiários são geralmente oriundos de comunidades extrativistas; ✚ Atividades ambientalmente diferenciadas.
Projeto de Desenvolvimento Sustentável	PDS	✚ Projetos de Assentamento estabelecidos para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas e dirigido para populações tradicionais (ribeirinhos, comunidades extrativistas etc.); ✚ Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do Incra; ✚ Aporte de recursos de crédito, Apoio, Instalação e de crédito de produção (Pronaf A e C) de responsabilidade do Governo Federal; ✚ Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; ✚ Não há a individualização de parcelas (Titulação coletiva-fração ideal) e a titulação é de responsabilidade da União.
Projeto de Assentamento Florestal	PAF	✚ É uma modalidade de assentamento voltada para o manejo de recursos florestais em áreas com aptidão para a produção florestal familiar, comunitária e sustentável, especialmente aplicável à região Norte; ✚ A produção florestal madeireira e não madeireira no PAF deverá seguir as regulamentações do Ibama para Manejo Florestal Sustentável, considerando as condições de incremento de cada sítio florestal; ✚ Tais áreas serão administradas pelos produtores florestais assentados, por meio de sua forma organizativa, associação ou cooperativas, que receberá o Termo de Concessão de Uso (CCU); ✚ O Incra, em conjunto com Ibama, órgãos estaduais e a sociedade civil organizada, indicarão áreas próprias para implantação dos PAFs.
Projeto de Assentamento Casulo (Modalidade revogada pela Portaria Incra n.º 414, de 11 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2017)	PCA	✚ Projeto de Assentamento criado pelo município ou pela União; ✚ A União pode participar com recursos para a obtenção de recursos fundiários, mas a terra pode ser do município ou da União; ✚ Aporte de recursos de Crédito Apoio Instalação e de crédito de produção (Pronaf A e C) de responsabilidade do Governo Federal; ✚ Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade do Governo Federal e municipal; ✚ Diferencia-se pela proximidade a centros urbanos e pelas atividades agrícolas geralmente intensivas e tecnificadas; ✚ Titulação de responsabilidade do município.

Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável	PDAS	¶ Modalidade descentralizada de assentamento destinada ao desenvolvimento da agricultura familiar pelos trabalhadores rurais sem-terra no entorno dos centros urbanos, por meio de atividades economicamente viáveis, socialmente justas, de caráter inclusivo e ecologicamente sustentáveis; ¶ As áreas serão adquiridas pelo Incra por meio de compra e venda ou ainda doadas, ou cedidas pelos governos estaduais e municipais; ¶ Os lotes distribuídos não podem ter área superior a dois módulos fiscais ou inferior à fração mínima de parcelamento em cada município; ¶ O desenvolvimento das atividades agrícolas deve garantir a produção de hortifrutigranjeiros para os centros urbanos; ¶ O Incra e o órgão estadual ou municipal de política agrária, ou equivalente, deverão firmar Acordo de Cooperação Técnica visando garantir as condições mínimas necessárias para que as famílias assentadas tenham acesso às políticas públicas para o desenvolvimento do futuro projeto de assentamento.
---	------	---

Fonte: INCRA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>. Acesso em: 02 ago. 2023. Publicação do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O Incra não executa, mas reconhece as seguintes modalidades de assentamento no Brasil: Projeto de Assentamento Estadual (PE), Projeto de Assentamento Municipal (PAM), Reservas Extrativistas (RESEX), Território Remanescentes Quilombola (TRQ), Reconhecimento de Assentamento de Fundo de Pasto (PFP), Reassentamento de Barragem (PRB), Floresta Nacional (FLONA) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) (INCRA, 2023).

Outras modalidades de assentamento foram criadas pelo Incra e entraram em desuso a partir da década de 1990. Contudo, permanecem presentes no seu Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária (SIPRA). São elas: Projetos de Colonização (PC), Projetos Integrados de Colonização (PIC), Projetos de Assentamento Rápido (PAR), Projetos de Assentamento Dirigido (PAD), Projetos de Assentamento Conjunto (PAC) e Projetos de Assentamento Quilombola (PAQ) (INCRA, 2023).

A implantação de um PAR tem características que diferenciam da implantação de um PA, modalidade mais aplicada pelo INCRA no Brasil. O PAR se apresenta apenas no sentido de concessão na utilização de lotes, com futura condição de entrega de documentos de posse definitivos. Essa modalidade se diferencia das outras pelo fato de que ela não possui aporte de recursos federais para as estruturação e desenvolvimento, ou seja, não ocorrem investimentos para melhoria nas áreas de infraestrutura (estradas, energia elétrica, abastecimento de água) e nem fomento (créditos) para o aprimoramento da produção.

3. MATERIAIS E MÉTODOS: CAMINHOS DA PESQUISA

Em toda extensão fronteiriça, semelhanças e distinções marcam as interações entre os países. Para aprofundar a compreensão das estratégias de resistência e sobrevivência dos habitantes das comunidades rurais na fronteira Brasil-Bolívia, foram realizadas observações e entrevistas, fornecendo uma vasta quantidade de informações. Esse processo permitiu ampliar a visão sobre como essas estratégias se originam da interação entre as comunidades de ambos os lados da fronteira. O registro fotográfico complementou a investigação, revelando elementos que, no momento da pesquisa de campo, poderiam não ter sido integralmente percebidos.

A pesquisa foi desenvolvida especificamente no Projeto de Assentamento Rápido (PAR) Bocaina, situado na fronteira Brasil-Bolívia, no município de Corumbá/MS. O assentamento possui uma área de 761,5 hectares e foi criado em 11 de janeiro de 1982, concedendo posse a 27 famílias que já residiam nas proximidades como posseiros.

Este estudo adotou uma abordagem metodológica descritiva e qualitativa, utilizando entrevistas, história oral e análise documental como principais técnicas de coleta de dados.

A pesquisa descritiva tem como característica fundamental a observação, o registro e a análise de fatos ou fenômenos (variáveis) sem que estes sejam modificados, buscando uma maior profundidade nas informações sobre o objeto de estudo. Conforme Vergara (2000, p. 47), "pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza". Embora a pesquisa descritiva não tenha a responsabilidade de esclarecer os fenômenos que retrata, ela desempenha um papel crucial ao colaborar na explicação por meio das informações coletadas. Gil (2002) complementa que o método descritivo é ideal para analisar o comportamento das variáveis, permitindo ao pesquisador construir diferentes argumentações sobre o tema em estudo. Dessa forma, o pesquisador se torna, em certa medida, um instrumento da pesquisa, investigando a conduta humana para contextualizá-la.

A pesquisa qualitativa, por sua vez, foca na análise de perspectivas e significados inerentes a fenômenos sociais e comportamentos humanos. Suas averiguações são direcionadas a fenômenos que ocorrem em contextos específicos de localidade e cultura (Denzin; Lincoln, 2006). Diferentemente de abordagens quantitativas, a pesquisa qualitativa versa sobre conteúdos que não podem ser mensurados por meio de dados estatísticos ou fórmulas matemáticas, direcionando-se à análise de símbolos, crenças, valores e relações humanas de um determinado grupo social. Minayo (2014) enfatiza que a interpretação qualitativa exige uma verificação

abrangente do objeto de pesquisa, levando em consideração as circunstâncias em que ele está inserido e as peculiaridades da coletividade à qual pertence. Na investigação sobre o PAR Bocaina e suas relações com as comunidades rurais bolivianas, a pesquisa qualitativa foi essencial para fornecer informações que permitiram descobrir dados sobre a trajetória histórica dessas comunidades, seus entrelaçamentos sociais, econômicos e culturais.

A história oral constituiu uma ferramenta metodológica valiosa para este trabalho, proporcionando acesso a conhecimentos imensuráveis sobre a trajetória das comunidades fronteiriças. Queiroz (1987) destaca que as informações obtidas por meio da oralidade ao longo do tempo representam uma proveniência inestimável para a ciência, ressaltando que a palavra precedeu o desenho e a escrita, e que a invenção desta apenas tornou o relato oral visível por meio de símbolos. Thompson (1992) corrobora, afirmando que a história oral é simultânea à própria História, sendo a primeira forma de divulgar e preservar informações ao serem repassadas a outros grupos humanos ou novas gerações.

Gradualmente, as ciências sociais passaram a reconhecer os relatos orais como fontes legítimas de informação, percebendo que os dados estatísticos por si só não conseguiam revelar comportamentos, valores e emoções. Com o desenvolvimento de disciplinas como a linguística, a semiótica e a antropologia, consolidou-se o reconhecimento do discurso do ator social, considerando que este possui uma lógica essencial e se organiza como linguagem, permitindo a compreensão de acontecimentos sociais que escapam à observação do pesquisador quando este enfatiza demasiadamente os dados quantitativos (Camargo, 1987).

No trabalho de investigação sobre o PAR Bocaina, a história oral foi utilizada na coleta de informações com os residentes mais antigos da região. O objetivo foi inteirar-se sobre "os caminhos" percorridos ao longo do tempo que levaram à formação do assentamento e suas relações com as comunidades rurais bolivianas de San Pedrito e El Carmen de la Frontera. Adicionalmente, atores sociais que vivem há menos tempo na região foram selecionados por conveniência, a fim de permitir uma comparação das mudanças ocorridas na região em diversos aspectos, contrastando os relatos dos moradores mais antigos com os mais recentes.

Vários procedimentos foram adotados para alcançar os objetivos desta pesquisa. A pesquisa bibliográfica foi empregada para o entendimento conceitual das dinâmicas territoriais de fronteira e do desenvolvimento territorial rural sustentável. Para compreender o processo de formação histórica do assentamento, realizou-se um levantamento documental junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e com moradores locais.

A técnica da história oral foi aplicada junto aos moradores mais antigos do PAR Bocaina, a técnicos do INCRA e da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural

(AGRAER). Inicialmente, a intenção era aplicar a técnica a um morador de cada comunidade do entorno: San Pedrito, El Carmen e o assentamento Tamarineiro 1. Contudo, conforme surgiam novos elementos e indicações de novas fontes orais pela técnica da bola de neve, outras histórias foram incorporadas a este trabalho. Adicionalmente, utilizou-se a técnica da observação participante e o diário de bordo para registrar as informações sobre a dinâmica local e, posteriormente, sistematizá-las.

Para identificar as estratégias de resistência e de mobilidade no meio rural das famílias camponesas do assentamento Bocaina, bem como discutir suas relações de vizinhança com os vetores econômicos e ambientais do seu entorno, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os moradores atuais e antigos. As entrevistas ocorreram nos próprios lotes dos parceiros e foram guiadas por questões-chave organizadas em um roteiro, abordando temas como:

- ✓ De que forma a família se estabeleceu na região?
- ✓ Quais atividades produtivas eram desenvolvidas e quais são realizadas atualmente?
- ✓ Como se desenvolveram as relações sociais, econômicas e culturais com as comunidades rurais bolivianas (San Pedrito e El Carmen)?
- ✓ Qual ou quais mudanças ocorreram com a implantação do PAR Bocaina? Para a execução das entrevistas, utilizou-se um gravador, sempre mediante a prévia autorização do entrevistado.

As informações foram coletadas e analisadas na perspectiva qualitativa. Tanto os depoimentos quanto as fontes escritas foram confrontadas e analisadas com o objetivo de se aproximar da veracidade dos acontecimentos que contribuíram e contribuem com a dinâmica de convivência entre as populações rurais localizadas na fronteira Brasil-Bolívia.

4. TERRITORIALIDADES DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS DO ASSENTAMENTO BOCAINA

A trajetória histórica da formação territorial da fronteira Oeste, Brasil-Bolívia, apresenta diferentes situações desde o período anterior da colonização de portugueses e espanhóis, onde os atores que vivenciaram distintos momentos presenciaram marcantes transformações nessa longínqua região. Nesse capítulo pretende-se apresentar a constituição desse espaço fronteiro analisando as devidas estratégias de sobrevivência e convivência das diferentes populações que viveram, vivem e convivem atualmente na região.

No primeiro item apresentamos informações sobre a evolução histórica da localidade, narrando sobre o período em que as populações que predominavam por essas paragens eram constituídas de diferentes etnias indígenas com diferentes organizações sociais e culturais. Com a chegada de portugueses e espanhóis e, conseqüentemente, o contato com os nativos, as transformações foram inevitáveis, ocasionando um forte impacto nas relações sociais e culturais, principalmente no modo de vida dos indígenas.

A partir do momento em que portugueses espanhóis se estabelecem e implantam suas formas de dominação e exploração as linhas divisórias começam a se traçadas desenhando as vertentes territoriais boliviana e brasileira. Com essa nova configuração, essas diferentes franjas fronteiriças passam a ser constituídas por latifúndios, tanto do lado do Brasil, quanto do lado da Bolívia, mas no decorrer do tempo esse espaço fronteiro rural também passa a ser formado por pequenas comunidades campesinas bolivianas e por assentamentos rurais brasileiros (dentre eles o PAR Bocaina). Característica marcante da região é a linha divisória entre os dois países que é materializada pela estrada municipal do Jacadigo, símbolo das interações e estratégias existente entre bolivianos e brasileiros.

Também, são apresentados elementos das comunidades rurais bolivianas de San Pedrito e de El Carmen de La Frontera, a Estrada Municipal do Jacadigo e o personagem histórico denominado Mané Farofa (Manoel da Silva), que exerceu uma importante função a partir de meados da década de 1970, com as suas atividades comerciais que podemos classificar como caixeiro viajante. O destaque maior dado à comunidade de San Pedrito é por conta das interações mais destacadas com o PAR Bocaina, objeto deste estudo.

No segundo item descrevemos as adversidades histórico-geográficas ocorridas na zona fronteira Oeste entre o Brasil e Bolívia, dando destaque a formação do PAR Bocaina, as interações entre essa comunidade e a comunidade campesina de San Pedrito (Bolívia). Constata-se

a forte interrelação entre os povos localizados nessa região, evidenciando uma marcante ligação de cunho econômico, social, político e cultural, conforme a convivência das pessoas que vivem nesse lugar, distinguindo-se da concepção estatal sobre limite legal.

No terceiro item abordamos as relações de vizinhança das famílias camponesas do assentamento Bocaina com os vetores econômicos e ambientais do seu entorno, onde relatamos que o PAR Bocaina vive um momento de inércia devido a fatores que embarçam o desenvolvimento das atividades produtivas locais. A principal delas é a insuficiência de água ocasionada pela seca da baía do Jacadigo, principal fonte que abastecia os lotes do assentamento, de onde os pequenos produtores obtinham água para suprir as necessidades com a criação de gado e plantações.

No quarto item tem destaque a discussão sobre vocação produtiva do PAR Bocaina, avaliando suas potencialidades que podem ser utilizadas na construção e execução de um projeto que possa viabilizar o desenvolvimento da localidade e, conseqüentemente, configurar-se em qualidade de vida para os assentados dessa localidade.

4.1 O contexto histórico-geográfico da área estudada

A área geográfica estudada abrange partes das franjas fronteiriças de Brasil e Bolívia, ao longo da linha internacional que defronta Corumbá, no estado de Mato Grosso do Sul (BR) e Puerto Quijarro, na província Germán Bush, departamento de Santa Cruz (BO).

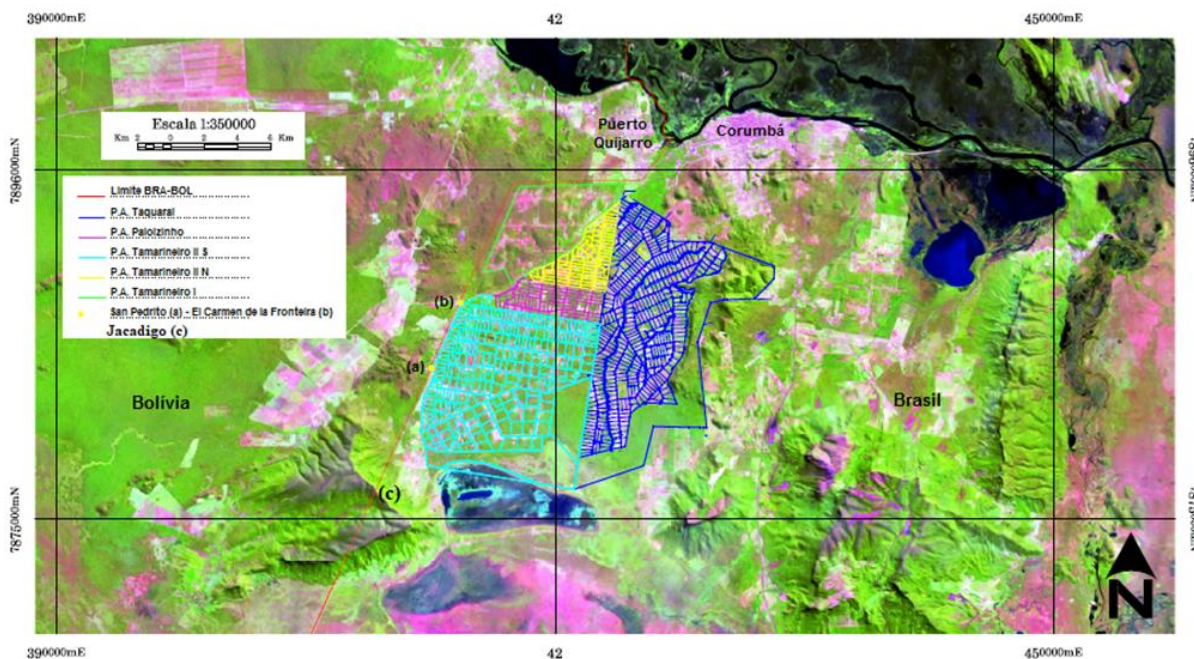
Historicamente, essa fronteira foi construída pelas territorialidades do Estado nacional, de seus agentes territoriais, bandeirantes, mascates, caixeiros viajantes. “Soldados e camponeses enfrentaram as dificuldades do ‘sertão’ desconhecido, ergueram casas, construíram roças e se somaram aos vários grupos indígenas que já habitavam, ou pelo menos percorriam, essas paragens” (Costa, 2013, p. 71).

Ayala e Simon (2011) registraram a presença de povos indígenas das etnias Guatiedéos, Guanás e Kinikinãos nas proximidades de Albuquerque, a cerca de 20 km da linha de fronteira. As lógicas territoriais desses povos não eram as mesmas dos portugueses e espanhóis. Certamente desenvolviam territorialidades para além dos limites fronteiriços, por onde estendiam seus territórios de caça e coleta, confrontadas, provavelmente, pelo contato, do lado boliviano, com ameríndios das etnias Xaraiés, Bororos, Chané e Orejones (PPAS, 2012).

Atualmente, no lado boliviano, nas proximidades da linha da divisa internacional, estão localizadas duas comunidades rurais: El Carmen de la Frontera ou Carmo, como é conhecida

pelos brasileiros e San Pedrito. No brasileiro, estão os assentamentos rurais da Reforma Agrária: Tamarineiro I, Tamarineiro II, Paiolzinho e Taquaral. Além deles, existem os assentados do PAR Bocaina e a comunidade rural do Jacadigo (Mapa 1).

Mapa 1 - Espaço rural fronteiriço da área estudada na fronteira Brasil-Bolívia



Fonte: Adaptado de Sabatel (2013, p. 58).

Essas comunidades se formaram em tempos diferentes. As bolivianas são do início do século XX, enquanto os assentamentos rurais brasileiros são de meados da década de 1980. Anteriormente, essas terras eram pertencentes ao Grupo Chamma que atuava, principalmente, com a retirada de madeiras e produção de carvão para a siderurgia local (Costa e Sabatel, 2014, p. 19-20). Os assentamentos rurais, oriundos dela, são do modelo PA (Projeto de Assentamento), os mais comuns elaborados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O Bocaina, no modelo PAR (Projeto Rápido de Assentamento) é diferente. Foi feito para resolver uma situação de regularização de terras de um grupo que já estava nela e que tinha problemas de posse da terra. Neste modelo, os lotes são entregues com o documento de propriedade definitivo (Informação oral, funcionário do INCRA, agosto de 2024).

O assentamento Tamarineiro I foi primeiro a ser implantado em Mato Grosso do Sul através da Resolução nº 142, de 03 de julho de 1984 (INCRA, 1984). Abrange uma área em torno de 3,7 mil hectares e é composto de 126 lotes que variam de 14 e 30 ha. Oriundo de terras do Grupo Chamma, vários de seus lotes são dispostos ao lado da linha de limite internacional.

Foram assentadas pessoas que já trabalhavam na fazenda e algumas famílias de áreas de conflito pela terra das proximidades de Naviraí e, outras de Corumbá (Costa e Sabatel, 2014).

O assentamento Tamarineiro II, com 10,6 mil hectares, foi criado pela Portaria nº 117, de 15 de dezembro de 1995, a partir das terras da mesma fazenda do Tamarineiro I (INCRA, 1995). Foi subdividido em Tamarineiro II Norte, com 76 lotes e Tamarineiro II Sul, com 243 lotes, por conta da faixa de terra que ficou entre as duas partes. Mais tarde, através da Portaria nº 9, de 11 de março de 1996, INCRA criou o Assentamento Paiolzinho, com 1,7 mil hectares e a composição em 70 lotes da Reforma Agrária (INCRA, 1996). As famílias foram trazidas por movimentos de luta pela terra que estavam acampadas em áreas de conflito com fazendeiros em Mato Grosso do Sul (Costa e Sabatel, 2014).

O assentamento Taquaral foi criado pela Portaria nº 576, de 13 de julho de 1989, com área de 10 mil hectares e 394 parcelas de terra (INCRA, 1989). De acordo com Menegat (2009, p. 55), “305 foram selecionadas em outras regiões do estado, especialmente no antigo acampamento Santo Inácio, atual Assentamento Marcos Freire”, e os demais foram selecionados do município de Corumbá.

O PAR Bocaina foi criado em 11 de janeiro de 1982 pelo INCRA, através da Resolução n.º 03, de 11 de janeiro de 1982, na região denominada Jacadigo, em Corumbá/MS, com vistas a solucionar uma situação de característica ambiental (INCRA, 1982). A localidade que estava ocupada pelos moradores da região sofreu um imenso alagamento por conta das cheias de dois rios que banham essa área fronteira: o rio Paraguai (do lado brasileiro) e o rio Tucavaca (do lado boliviano). Por se tratar de uma circunstância emergencial, optou-se pela implantação dessa modalidade de assentamento, uma vez que os procedimentos seriam práticos e rápidos, consistindo no ato de criação, na demarcação dos lotes, na entrega deles aos parceiros com a licença provisória de ocupação. Foram entregues 27 lotes numa área de 948 ha (INCRA, 2013).

4.1.1 A Comunidade San Pedrito

San Pedrito é a comunidade rural boliviana mais próxima do PAR Bocaina e possui um histórico de relações culturais e sociais da região, mas não foi encontrado nenhum estudo acerca de sua formação socioespacial. Por isso, recorreu-se aos moradores mais antigos. Segundo relatado, a comunidade estabeleceu, historicamente, interações com a população brasileira que habitava as grandes fazendas produtoras de gado, antes da implantação do PAR Bocaina. No período de execução da demarcação dos lotes do assentamento Bocaina, trabalhadores dessa comunidade foram contratados para executar abertura de trilhas na mata, pois tinham extenso conhecimento da região (Informação oral, campesino de San Pedrito, julho de 2024).

Em entrevista realizada com o informante que denominamos de Entrevistado X, foram constatadas informações sobre o histórico e sobre as relações de convivência da comunidade rural boliviana. Utilizou-se, neste caso, a técnica da história oral.

De acordo com as informações coletadas, a comunidade possui 88 anos, fundada em 29 de junho de 1937. Segundo o que foi relatado pelo Entrevistado X, essa comunidade recebeu a denominação em homenagem ao seu fundador, Pedro Hermógenes Delgadillo Claro, originário da região de Cochabamba (Bolívia) que, pelo motivo de ser militar, foi indicado para liderar a implantação de um destacamento nessa região fronteiriça, uma vez que nesse período estava ocorrendo o conflito entre a Bolívia e o Paraguai pela área conhecida como El Chaco¹. Temendo a invasão paraguaia o governo boliviano decidiu reforçar a segurança nessa área de divisa (Informação oral).

Inicialmente, para manutenção do destacamento foram cultivadas roças de milho, mandioca e abóbora garantindo dessa forma a alimentação para os militares do destacamento. Com o final do conflito da Guerra del Chaco (1935), o destacamento se transformou em uma comunidade campesina permanecendo a prática agrícola que, com o passar do tempo, passou a comercializar o excedente da produção, não apenas com outras localidades bolivianas, como também com o município de Corumbá (Brasil). Também, teve início a prática da atividade de criação de gado e outros animais, com a finalidade de abastecer a comunidade com carne, leite e seus derivados (Informação oral).

Com o estabelecimento da comunidade rural de San Pedrito, de acordo com as informações do Entrevistado X, pessoas de outras regiões da Bolívia passaram a vir para constituir moradia nessa localidade que atualmente comporta 11 famílias (Fotografia 1) que vivem da agricultura e criação de animais (bovinos, cabritos, galinhas), mas que também se deslocam para as áreas urbanas de Puerto Quijarro (Bolívia) e Corumbá (Brasil) para trabalhar em diferentes setores (construção civil, comércio, prestação de serviços).

¹ A Guerra do Chaco, ocorreu entre 1932 e 1935. A disputa era pelo controle do Chaco Boreal, uma região semi-árida no centro da América do Sul, rica em recursos naturais, especialmente petróleo, e com importância estratégica para acesso ao Rio Paraguai. O conflito terminou em 1935 com a assinatura de um armistício, com a maior parte do Chaco Boreal sendo concedida ao Paraguai (Chazal, 2022).

Fotografia 1 - Comunidade campesina de San Pedrito (Bolívia)



Fonte: Autor, 2024

De acordo com o entrevistado, a infraestrutura da comunidade deu um salto de qualidade, ressaltando que até o final da década de 1990 as condições de vida se apresentavam de forma precária, onde os residentes enfrentavam dificuldades com relação ao acesso a água, a luz elétrica e a habitação de qualidade. Atualmente com ações governamentais, principalmente da esfera federal, se encontram implantados sistemas de abastecimento de energia elétrica e poços artesianos que fornecem água para as famílias locais, ressaltando que a água disponibilizada pelos poços, não é tratada. A prefeitura de Puerto Quijarro, semanalmente, abastece a comunidade com água doce através de um caminhão pipa. Referente a habitação, o governo federal executou um plano de construção de moradias, entregando a cada família uma casa com condições adequadas (Fotografia 2), substituindo as antigas casas de pau-a-pique feitas de palha e madeira (Informação oral).

Fotografia 2 - Residência construída pelo Programa de Habitação do Governo Federal boliviano em San Pedrito (Puerto Quijarro)



Fonte: Autor, 2024.

A juventude, por não encontrar perspectivas principalmente no que diz respeito ao trabalho, se desloca para as áreas urbanas de Puerto Quijarro, Puerto Suárez (Bolívia) e Corumbá (Brasil) em busca de oportunidades de emprego. Existente na comunidade há 45 anos a “escolinha” ou “escuelita” (Fotografia 3), como é carinhosamente chamada, é mantida pela prefeitura de Puerto Quijarro e oferece o ensino fundamental até o 5º ano (Informação oral).

Fotografia 3 - Escola da comunidade San Pedrito (Puerto Quijarro)



Fonte: Autor, 2024.

O Entrevistado X relatou a chegada dos trabalhadores rurais que ficaram acampados nas áreas das antigas fazendas do grupo Chamma (lado brasileiro) e que, posteriormente, constituíram os assentamentos rurais Tamarineiro e Paiolzinho. Ressaltou a significativa transformação na região, com a chegada de pessoas do Estado de Mato Grosso do Sul e de outros estados brasileiros com diferentes modos de vida e cultura. Apesar das diferenças culturais, o relacionamento entre as comunidades bolivianas e brasileiras se configurou de uma forma amistosa, com destaque para a cooperação entre elas (Informação oral).

De acordo com a entrevista realizada, os colonos de San Pedrito auxiliaram os acampados no fornecimento de alimentos e também de água. As duas comunidades se relacionam em atividades culturais, como a festa do Padroeiro de San Pedrito e na organização de torneios de futebol. Uma curiosidade é que na época existia apenas uma televisão na comunidade boliviana e os acampados da Reforma Agrária brasileira se encontravam para assistir filmes, novelas e jogos no pátio de San Pedrito. Até mesmo o campeonato Mundial de 1994 (quando o Brasil se sagrou tetracampeão) foi comemorado do lado boliviano pelos vizinhos (Informação oral).

A partir da efetivação dos assentamentos rurais do lado brasileiro essa interrelação passou a ficar menos intensa devido a nova configuração de organização que se apresentava onde os trabalhadores assumem as responsabilidades nos seus lotes, fragmentando os laços de traba-

lho coletivo que existiam no período em que ficaram acampados. Mas, o contato com as comunidades campesinas bolivianas permaneceu se solidificando principalmente nas relações econômicas (trabalho) e culturais (linguagem, músicas e festas tradicionais) (Informação oral).

4.1.2 A comunidade de El Carmen de la Frontera

A comunidade rural boliviana denominada El Carmen de la Frontera completou 120 anos em 2025. Está localizada na zona rural do município de Puerto Quijarro/Bolívia e possui fácil acesso ao Brasil através da estrada municipal Jacadigo, pertencente a área rural de Corumbá-MS, Brasil. Atualmente, essa comunidade rural continua com a mesma configuração no que se relaciona a distribuição espacial das propriedades desde o período da sua fundação, tendo, em média, de 1 ha cada. As residências são próximas umas das outras, tendo ao centro um núcleo comunitário. Vivem nesta comunidade, aproximadamente, 30 famílias (Costa e Sabatel, 2014).

Antes da implantação dos assentamentos rurais, a comunidade do Carmo, como é conhecida pelos brasileiros vizinhos, tinha seus limites fronteiriços com as fazendas do Grupo Chamma. Nessas fazendas eram praticadas atividades econômicas que correspondiam a criação extensiva de gado e a extração de madeira para a fabricação de carvão, que abastecia antiga siderurgia implantada na área urbana do município de Corumbá. Em razão disso, muitos bolivianos atravessavam a linha fronteira para trabalhar nas grandes propriedades rurais, seja no manejo de gado ou na produção de carvão (Costa e Sabatel, 2014).

A partir da década de 1980 configurou-se uma outra forma de relação entre os moradores dessas localidades, pois começaram a se estruturar os Projetos de Assentamento (PA) nas áreas das antigas fazendas. Pessoas oriundas de outras localidades do país passaram a viver neste espaço fronteiro trazendo novos costumes e novas práticas que se entrelaçaram com a comunidade rural boliviana.

4.1.3 A estrada municipal do Jacadigo

Fator primordial que favorece a convivência entre os membros dessas comunidades é a localização, devido a situação de estarem separados apenas por uma via denominada estrada municipal do Jacadigo. Apesar das transformações ocorridas na estrutura fundiária, quando as fazendas se tornaram assentamentos rurais, as essências dos laços de amizade constituídos anteriormente permaneceram, o que favoreceu de modo substancial na origem e na constituição de uma nova forma de convivência entre os povos fronteiriços desse espaço de fronteira.

O personagem, que será retratado na seção seguinte, utilizava a estrada municipal do

Jacadigo, que acompanha a linha internacional da fronteira Brasil-Bolívia e funciona como o principal elo de articulação territorial da região, como sua esteira de deslocamento. É uma estrada sem pavimento asfáltico e, quase sempre, com problemas de manutenção. Naqueles tempos, as condições eram ainda mais precárias.

Do lado brasileiro existiam, como fregueses, alguns trabalhadores que tinham morada na fazenda do Grupo Chamma (onde atualmente estão os assentamentos rurais) e a comunidade do Jacadigo. Esta era formada pelo pessoal que trabalhava nas fazendas das proximidades e num pequeno aglomerado de casas. Foi deste agrupamento de pessoas que surgiu, mais tarde, o assentamento PAR Bocaina, por conta da formação da baía do Jacadigo.

Do lado boliviano, está a comunidade campesina denominada San Pedrito que se localiza às margens da estrada municipal do Jacadigo (Fotografia 4). Possui fácil acesso e contato com os assentamentos rurais brasileiros. Essa comunidade pertence à área rural do município de Puerto Quijarro (Bolívia).

Fotografia 4 - Marco divisório da fronteira Brasil – Bolívia (Estrada do Jacadigo)



Fonte: Autor, 2024.

A estrada está intrinsicamente ligada à vida dos fronteiriços, “já foi palco de lutas pela terra, do nascimento dessas comunidades e de sua sobrevivência. Nela ocorrem os maiores fluxos de pessoas, informações, mercadorias. Funciona como o canal das convivências diárias entre os moradores” (Costa e Sabatel, 2014, p. 30).

Mas, como é a estrada do Jacadigo atualmente? O que ela nos revela e faz imaginar? Para isso foi percorrido todo seu trecho, descrevendo suas paisagens (Fotografia 5) e anotando as impressões pessoais, as sensações de passar por essa estrada, num diário de bordo, que são retratadas, a seguir.

Fotografia 5 - Paisagens da estrada do Jacadigo na fronteira Brasil-Bolívia



Fonte: Autor, 2024.

Um acesso, “um caminho” que leva não apenas a um lugar. Leva para lado de lá e para lado de cá. Leva a lugares do Brasil (assentamentos e fazendas) e a lugares da Bolívia (comunidades campesinas). No seu trajeto surgem dúvidas que se traduzem em curiosidades, como, por exemplo: que histórias essa estrada tem para nos contar? O que a natureza que ainda resiste a ações humanas tem a nos revelar sobre esse rincão onde se confluem populações de diferentes culturas? O calor intenso que se faz presente faz fervilhar o pensamento, chegando a imaginar

como foi construído esse importante caminho que foi e ainda é fundamental na produção deste espaço fronteiriço.

Em sua extensão podemos constatar a beleza da natureza em seus mais exuberantes detalhes, árvores das mais diversificadas espécies, vegetação seca, vegetação verde, em floração, indicando a chegada da estação primavera. A fauna, também, se apresenta. Não há quem não passe por esse percurso e não tenha a visão de um pássaro, lagarto, cobra, macaco e, se tiver “sorte”, até uma onça preta.

Em época de estiagem a poeira se torna uma constante para quem trafega pela estrada, mas talvez nem sempre tenha sido assim, porque muita coisa mudou no decorrer dos tempos, até porque em décadas anteriores o transporte era realizado por poucos automóveis, carroças e carros de bois e a via de acesso não tinha nenhuma manutenção. Dissipando a poeira surge a frente cenários diferentes que não são cenários naturais anteriormente citados, mas cenários construídos pelos seres humanos: construções (casas, escolas), plantações diversificadas (cana, pomares, plantas ornamentais, hortas, açudes, pesqueiros e balneários, isso tanto do lado de lá (Bolívia), quanto do lado de cá (Brasil).

Como a poeira levantada pela leve brisa, surge mais uma dúvida: Como será daqui para a frente? Como será a relação do ser humano e do meio natural nessa região? Será que as duas populações dos distintos países se conectarão via estrada do Jacadigo?

Prosseguindo, chegamos ao PAR Bocaina, que está situado na região do Jacadigo, por ser um local distante e ermo, surge um sentimento de receio, mas isso devido a questão do desconhecer, ou seja, o desconhecido gera uma situação de desconfiança, insegurança. Mas aos poucos a sensação se transforma, pois, a beleza natural da localidade espanta todo e qualquer receio. A morraria, a vegetação, a fauna se traduzem em encanto para serem admirados. Enfim, a estrada municipal do Jacadigo se apresenta como uma tênue linha divisória, mas que não exerce apenas essa função, vai muito além disso. Pode ser caracterizada como um canal que leva a diversificadas reflexões sobre a construção do espaço fronteiriço em seus diferentes aspectos: cultural, econômico, social e ambiental.

4.1.4 Mané Farofa

Na produção de um trabalho científico existem diversificados elementos que agregam importantes informações sobre o tema em investigação e, nesta configuração, surgem os personagens icônicos de características diferenciadas que se tornam figuras de destaque na história de uma localidade. Em se tratando de uma narrativa histórica, os personagens se inserem no

processo de uma forma cativante e conseguem deixar uma marca duradoura. Alguns personagens dos tempos passados têm o poder de transcender a memória popular tornando-se figuras icônicas reconhecidas e lembradas nos dias atuais.

Durante o trabalho de campo, especificamente nas entrevistas, foi citado um desses personagens que despertou interesse devido a atividade que desenvolvia no espaço fronteiriço Brasil – Bolívia. A figura do Mané Farofa, um comerciante ambulante, caixeiro viajante e mascate, brasileiro, casado com boliviana e que vivia em Puerto Quijarro, na província Germán Busch, departamento de Santa Cruz, Bolívia que atuou na fronteira entre os meados dos anos 1970 e anos 1990.

Quando se fala nesses personagens do comércio, passa pelo imaginário “aqueles homens que andavam de cidade em cidade, ou lugarejo em lugarejo, montados a cavalo e carregando bolsas e malas cheias de apetrechos e objetos para serem vendidos” (Mühlen e Santos, 2018, p. 125). Foram extremamente importantes até início do Século XXI e ainda permanecem, com novas roupagens, nos lugares mais isolados do ponto de vista da infraestrutura deste país.

Apesar de semelhantes existe uma distinção na literatura entre caixeiros viajantes e mascates. Para Xavier et al. (2012), os primeiros executavam dois movimentos: viajavam com uma espécie de caderneta e anotavam os pedidos para, posteriormente, realizar a entrega numa próxima viagem. Os mascates, por sua vez, levam as mercadorias que vendem ao longo de seu percurso e quando acabam, ou quando termina o espaço de deslocamento definido, retorna à sua casa. Cabreira (2001) considera os caixeiros viajantes como um empregado de algum estabelecimento industrial ou comercial.

Numa abordagem regional do Estado de Mato Grosso, entre 1870-1929, Alves (2017, p. 16) afirmava que os caixeiros viajantes atuavam em nome das casas comerciais; “Há evidências de que a casa comercial cuiabana, na primeira metade do século XIX, e certamente mesmo no século XVIII, montou uma rede de coleta de informações cujos agentes eram os tropeiros e os caixeiros-viajantes”.

Alves (2017) faz a distinção entre os caixeiros viajantes e os tropeiros pela escala de atuação. Enquanto os tropeiros faziam a ligação direta entre a casa comercial e os grandes mercados, os caixeiros viajantes cobriam áreas próximas e tinham a função de levantar as informações sobre a produção agrícola e da pecuária regional.

Reynaldo (2013) não faz distinção entre caixeiros viajantes e mascates e confirma que se tratava de um personagem a serviço de uma casa comercial ou de grandes comerciantes. Por outro lado, distinguia os mascates pela natureza do percurso em tropeiros, que viajavam por

terra e, fluviais, que se utilizavam dos rios, lagoas e córregos para comprar e vender mercadorias.

A partir das considerações de Xavier et al. (2012), pode se dizer que Mané Farofa reunia ambas as características, ou seja, tanto poderia ser considerado um caixeiro viajante, pois anotava os pedidos dos seus clientes durante a viagem de ida ou de volta; como, também, um mascate, pois ia vendendo seus produtos ao longo do caminho. Mas era dono de seu negócio, um atravessador. A descrição das viagens e das particularidades envolvendo este personagem fronteiriço foi elaborada a partir de entrevistas, utilizando a técnica da história oral, com dois moradores antigos: um de San Pedrito e outro do PAR Bocaina.

O ponto de partida de Mané Farofa era Puerto Quijarro. Dali seguia o trajeto pela estrada municipal do Jacadigo que representa a linha divisória entre o território brasileiro e o boliviano. É onde, em certos pontos, se atravessa o limite internacional e adentra em um ou em outro país. As comunidades de El Carmem de La Frontera (Bolívia) e assentamento rural Tamarineiro Sul II Sul (Brasil), por exemplo, se encontram frente a frente, bastando apenas atravessar a via para ter acesso a esses locais.

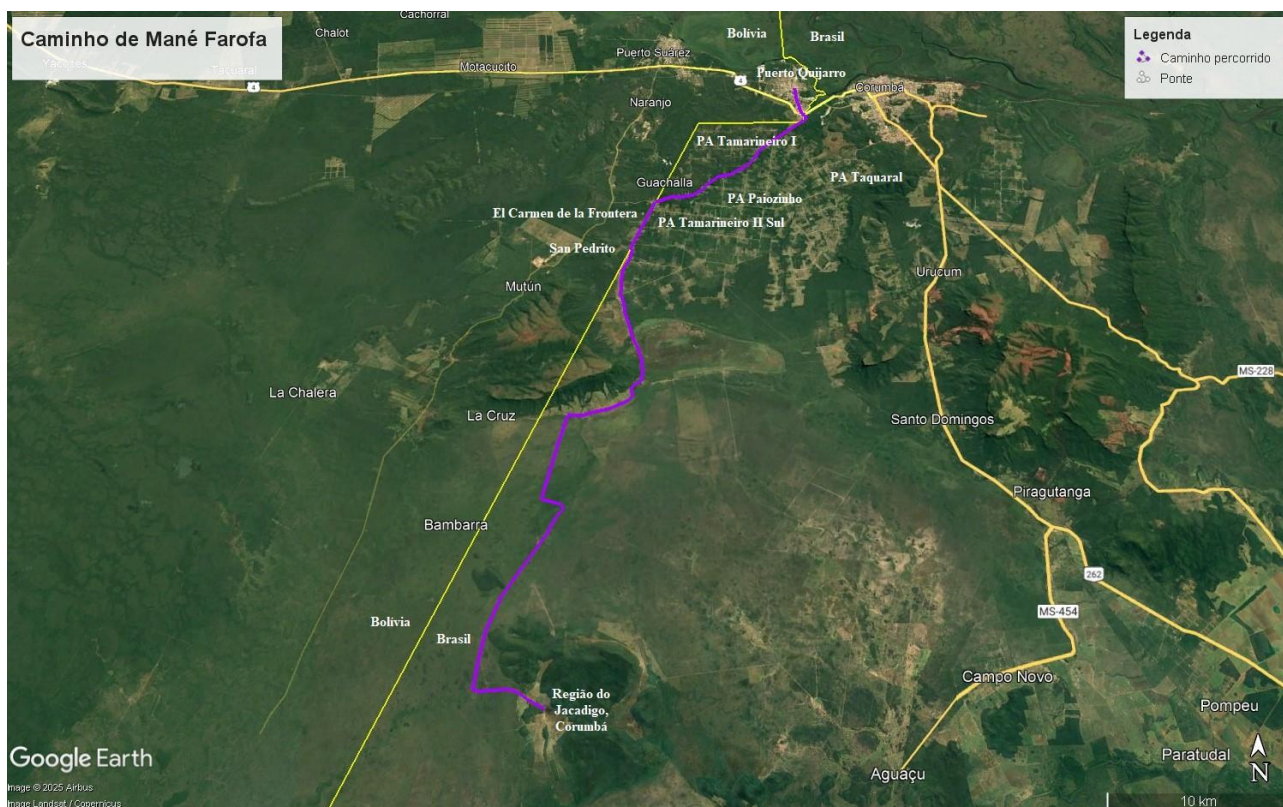
Mané Farofa saía de Puerto Quijarro com sua carroça abastecida de diversos produtos para serem comercializados com moradores residentes nas fazendas²³, do lado brasileiro, e com os habitantes das comunidades rurais do lado boliviano, El Carmen de La Frontera e San Pedrito, chegando até a localidade conhecida como Jacadigo, do lado brasileiro. Ele vendia produtos alimentícios (feijão, arroz, trigo, farinha, óleo, macarrão e outros), baldes, vassouras, sabão, produtos diversos de higiene e limpeza, sal, açúcar, bebidas, fumo e outras mercadorias.

Era um trajeto percorrido durante vários dias. Em cada parada que fazia, além de comercializar seus produtos, anotava novas encomendas e entregava os pedidos realizados em viagens anteriores, reservando um tempo para o descanso. Quando ia se aproximando das comunidades estourava fogos para avisar que já estava próximo e deixar a freguesia de sobreaviso, que logo se organizava para recepcioná-lo em busca das mercadorias que trazia consigo. Mané Farofa recebeu essa denominação por carregar, junto as suas bagagens, o prato principal que o “abasteceria” durante a longa viagem: a farofa. Chegando na última comunidade, que era o Jacadigo, o comerciante retornava para Puerto Quijarro fazendo o trajeto inverso e aproveitava para pegar os pedidos de encomenda que, anteriormente, não foram realizados. A distância total do percurso era de, aproximadamente, 50 km (Imagem 1).

²Até os anos iniciais da década de 1980 os assentamentos rurais ainda não haviam sido implantados na região.

³Essas informações e as seguintes são oriundas de informação oral resultante das entrevistas realizadas junto a moradores do assentamento rural do PAR Bocaina.

Imagem 1 – Simulação do percurso de Mané Farofa na fronteira Brasil-Bolívia



Fonte: Google Earth (2025). Org: Autor (2025).

É bastante possível acreditar que o mascate ou caixeiro viajante visitasse outras áreas nas proximidades. Os relatos obtidos não permitiram compreender com exatidão a amplitude da sua escala de negociações. Suspeitamos, por conta da informação que passava vários dias viajando, que possa ter realizado interações comerciais com a comunidade de Maria Coelho, em Piraputanga, e com o distrito de Albuquerque. Elas ficam a menos de 50 km da estrada do Jacadigo e, a primeira surgiu ao final da Segunda Guerra Mundial, enquanto a segunda é um pouco mais antiga que Corumbá, de 1777.

Por que falar de Mané Farofa neste texto? A figura icônica do caixeiro viajante ou mascate realizando seu ofício de vendedor poderia passar despercebida, senão fosse a análise minuciosa onde constata-se que, através da atividade empreendida por Mané, se originavam laços de interação entre atores das duas franjas fronteiriças (Brasil- Bolívia). Relações sociais e comerciais que, historicamente, fazem desta uma região de fronteira.

Na sua carroça o personagem não transportava somente mercadorias, mas cultura, através da linguagem (o português e o espanhol), a informação, levando notícias das/e para as comunidades por onde passava, sejam essas de natureza familiar do próprio local ou de outras regiões, exercendo nesse sentido a ação de territorialidade. Dessa forma, Raffestin (1993, p.

143) afirma que “ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente, o ator ‘territorializa’ o espaço”.

De acordo com Raffestin (1993), os diferentes atores sociais envolvidos nas realidades fronteiriças se utilizam do espaço fronteiriço configurando relações de poder que auxiliam na percepção territorial. Essas, por sua vez, estão intimamente relacionadas as relações sociais corroborando com a assertiva proposta pelo autor: “o espaço é a ‘prisão original’ e o território é a prisão que os homens constroem para si” (Raffestin, 1993, p. 144-3).

Mané Farofa, como muitos mascates e caixeiros viajantes, criava laços de amizade e de confiança por onde passava. Sua volta era aguardada tanto pela oferta de produtos, quanto pelos “causos” e notícias regionais. A soltura de fogos nas proximidades dos lugares comunicava o sentido de festa, do encontro, das interações fronteiriças.

4.2 A formação do PAR Bocaina na fronteira Oeste Brasil-Bolívia

Neste conteúdo, abordaremos as vicissitudes histórico-geográficas ocorridas na zona fronteiriça Oeste entre o Brasil e Bolívia, dando ênfase as interações entre as populações localizadas nesta região, especificamente as comunidades do PAR Bocaina (Brasil) e San Pedrito (Bolívia).

De acordo com Souza (2009), o dia a dia da realidade fronteiriça é motivado pela mobilidade contínua da população. Nesse espaço rural fronteiriço entre Brasil-Bolívia esse constante deslocamento é facilitado pela proximidade da estrada Jacadigo, utilizada cotidianamente pelos habitantes de ambas as comunidades para ter acesso aos centros urbanos, seja do lado brasileiro ou do lado boliviano.

Relacionando o trabalho de pesquisa com a questão de entrelaçamento entre brasileiros e bolivianos, há que se destacar a proximidade geográfica, mas também, à distância no que se refere ao processo histórico de cada população, a sua legislação específica e objetivos diferenciados, o que leva à formação de um complexo processo sociocultural na região de fronteira. A essa mobilidade cultural, social, política e econômica na linha imaginária (fronteira), Cardoso de Oliveira (1997, p. 14) denominou “nacionalidades em conjunção”, descrita da seguinte forma:

É assim que em ambos os lados da fronteira pode-se constatar a existência de contingentes populacionais não necessariamente homogêneos, mas diferenciados pela presença de indivíduos ou grupos pertencentes a diferentes etnias, sejam eles autóctones ou indígenas, sejam provenientes de outros países pelo processo de imigração. Ora, isso confere a população inserida no contexto de fronteira um grau de diversificação

étnica que, somado à nacionalidade natural ou conquistada do conjunto populacional conquistada de um, ou de outro lado da fronteira, cria uma situação sociocultural extremamente complexa.

É possível constatar a forte inter-relação entre as comunidades localizadas nessa região. Nesse sentido, as relações evidenciam uma marcante ligação de cunho econômico, social, político e cultural conforme a convivência das pessoas que vivem na localidade, diferenciando-se do conceito que o Estado tem sobre limite legal (Costa e Chagas, 2020).

Mesmo existindo diferenças culturais, políticas e econômicas, as comunidades fronteiriças sempre atuam no sentido de integração desses aspectos, criando uma situação diferenciada do restante dos países a que pertencem. Como exemplos podemos citar a assimilação de diferentes situações que levam a compreensão do “outro”, a linguagem, o sistema monetário, a legislação, as religiões, o sistema político-administrativo. Isso significa que acontecimentos na área econômica, política ou cultural, de um ou outro país, pode trazer consequências imediatas na região de fronteira, sejam elas positivas ou negativas, tornando a região de fronteira um espaço de condensação sociocultural, como afirmado por Grimson (2001, p. 14):

Las fronteras son espacios de condensación de procesos socioculturales. Esas interfaces tangibles de los Estados nacionales unen y separan de modos diversos, tanto en términos materiales como simbólicos. Hay fronteras que solo figuran en mapas y otras que tienen muros de acero, fronteras donde la nacionalidad es una noción difusa y otras donde constituye la categoría central de identificación y interacción. Esa diversidad, a la vez, se encuentra sujeta a procesos y tendencias. Paradójicamente, cuando se anuncia “El fin de las fronteras”, en muchas regiones hay límites que devenían más poderosos.

A fronteira não pode ser considerada apenas um marco divisório, onde não ocorre nenhum tipo de mutualidade. As investigações sobre as práticas sociais, as convivências, ações políticas, características culturais e redes se tornam fundamentais na compreensão deste espaço dinâmico e integrativo. Baseado no senso comum, a fronteira é entendida como limite, apenas uma linha fictícia ou uma demarcação geográfica que limita territorialmente dois ou mais países.

De acordo com Hissa (2002), o sentido de limite visa fixar a concepção de distanciamento e divisão, diferentemente de fronteira que se refere a um ambiente de aproximação entre as populações dessas localidades. A compreensão entre limites e fronteiras deve passar pela análise sobre o poder, vez que os Estados Nacionais explicitaram, historicamente, o interesse em definir a sua dominação territorial e em estabelecer suas políticas de governo e seus sistemas de defesa nas áreas fronteiriças. É necessário destacar que a interpretação de limite se torna dispensável quando verificamos que a zona fronteiriça se configura como uma região de imensa pluralidade, principalmente no que se relaciona as relações sociais.

O contexto da fronteira sempre apresenta uma divisão de ideias no sentido de pertencer

ou não pertencer. Pertencer aqui e não pertencer lá, pertencer lá e não pertencer aqui. Mesmo que essa situação seja superada por uma suposta identidade de fronteira. Nessa linha de pensamento o sentimento de pertencimento surge como uma característica dessas localidades, levando a refletir sobre a fronteira como um espaço diferenciado, que possui uma particularidade que é o da convivência com o outro, com as diferenças existentes em cada nacionalidade.

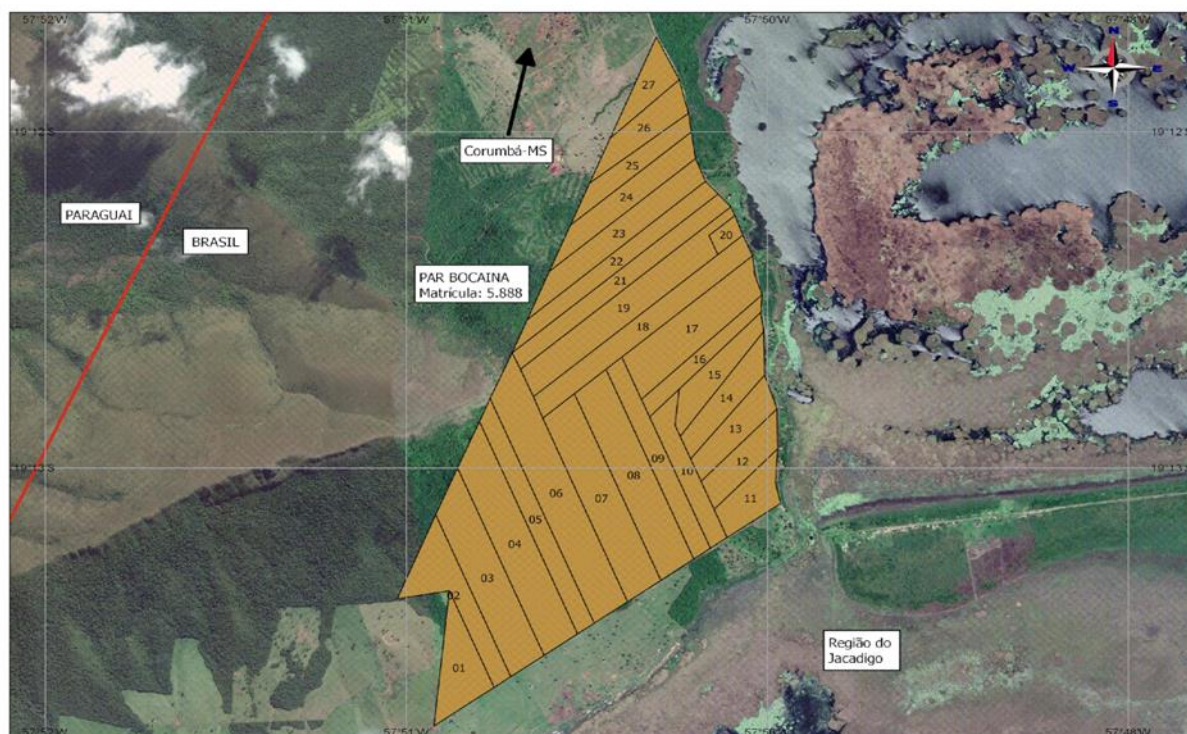
O PAR Bocaina foi criado em 11 de janeiro de 1982, na região denominada Jacadigo, em Corumbá/MS, com vistas a solucionar uma situação de característica ambiental. A localidade que estava ocupada pelos moradores da região sofreu um imenso alagamento por conta das cheias de dois rios que banham essa área fronteira: o rio Paraguai (do lado brasileiro) e o rio Tucavaca (do lado boliviano). Por se tratar de uma circunstância emergencial, optou-se pela implantação dessa modalidade de assentamento, uma vez que os procedimentos seriam práticos e rápidos, consistindo no ato de criação, na demarcação dos lotes, na entrega deles aos parceiros com a licença provisória de ocupação.

Foram, então, entregues 27 lotes (Mapa 2), originados de uma área total de 761,1635 ha, conforme informações contidas no relatório INCRA (2013).

Trata-se de imóvel pertencente ao domínio da União, denominado Projeto de Assentamento Rápido Bocaina, originou-se de uma área de 761,1635 ha (setecentos e sessenta e um hectares, dezesseis ares e trinta e cinco centiares), localizado na região do Jacadigo, com base no artigo 28, da Lei n.º 6.383, de 07 de dezembro de 1976, cuja matrícula em nome da União Federal, foi efetuada no Cartório Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Corumbá/MS, sob n.º 5.888, ficha 01, em 03 de novembro de 1980. Referido Projeto foi criado através da resolução n.º 03, de 11 de janeiro de 1982, do Conselho de Diretores do INCRA, na época, visando o assentamento de 27 famílias de agricultores e colocá-los no contexto produtivo da região, parcelada em julho de 1.980, por técnicos da Unidade Avançada de Corumbá, e destinada a ocupantes da região, todos com Licença de Ocupação e processos devidamente instruídos de acordo com legislação de vigência na época. Ocorre que com o passar do tempo alguns ocupantes, sem a outorga do Título Definitivo, passaram a transferir suas ocupações a terceiros.

O PAR Bocaina foi a primeira experiência de assentamento no município de Corumbá, antecipando-se a implantação de outros assentamentos criados na modalidade PA (assentamentos que recebem aporte do governo federal para sua estruturação e desenvolvimento).

Mapa 2 – Loteamento PAR Bocaina – Corumbá/MS, Brasil



Fonte: INCRA, 2013.

Na linha de fronteira Brasil-Bolívia estão localizados quatro assentamentos rurais na modalidade PA, que foram implantados em anos posteriores ao PAR Bocaina. Do lado boliviano ocorre também a existência de duas comunidades rurais (San Pedrito e El Carmen de la Frontera), que são anteriores e remetem aos primórdios do Século XX.

Registrado sob a matrícula nº 5888, a área do PAR Bocaina possui uma extensão original de 948 as e está situado na região denominada “Baía do Jacadigo”, que está posicionada na franja de fronteira com a Bolívia (Imagem 2). Fica próximo das comunidades rurais do país vizinho, estabelecendo interrelações nos mais diversificados aspectos. A área do assentamento é de domínio do governo federal, uma vez que ela foi confiscada pela Fazenda Pública por meio do Decreto nº 74.728/1974 e adicionada ao Patrimônio da União Federal, constando estas informações no histórico dos autos do processo administrativo do INCRA nº 21592.000032/1977–89 (INCRA, 2013).

Imagem 2 – Registro de Imóveis da área do assentamento Bocaina

256
Manoel

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS DA 1ª CIRCUNSCRIÇÃO Protocolo nº 9.802, fls. 136

matrícula 5.888 fls. 01 Corumbá - (MS), 03 novembro de 1980

IMÓVEL: "O lote de terras pastais e lavradias denominado "Bocaina", situado neste município e comarca, com a área de 948ha. (novecentos e quarenta e oito hectares), confinando ao Norte, com terras da herança de Constantino Gonçalves Preza; ao Sul, com terras da servidão pública; ao Nascente, com a Baía do Jacadigo e ao Poente, com a morraria de Santa Cruz ou Serra do Jacadigo, na divisa com a República da Bolívia, tendo, segundo o título de domínio primitivo a configuração de um polígono irregular, achando-se os seus respectivos marcos colocados: o primeiro junto do marco que divide esta posse com as do confinante Constantino Preza e a três metros de um imbrusã; o segundo, a 748 metros do primeiro, ao rumo de N. 90º E., a 40 metros de uma figueira e a 22 metros de um pé de paratudo; o terceiro, a 502 metros do segundo, ao rumo de S. 46º 55' W., a 11 metros de um carandá; o quarto, a 2.045 metros do terceiro, ao rumo de S. 16º 50' E., próximo a uma pequena lagoa; o quinto, a 2.186 metros do quarto, ao rumo de S. 7º 55' E., a 56 metros da casa de residência da demarcante; o sexto, a 4.238 metros do quinto, ao rumo de S. 42º 25' W. e a 7.756 metros do primeiro, ao rumo de N. 12º 20' E. A presente matrícula é feita em virtude de requerimento de 3 de setembro de 1980, do Procurador-Chefe da Fazenda Nacional em Mato Grosso do Sul, Dr. Francisco do Amaral Pereira, dirigido a este Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição Imobiliária desta comarca".

PROPRIETARIA: União Federal (República Federativa do Brasil).

REGISTRO ANTERIOR: Não há.

O Oficial Substituto:

Certidão

Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel da matrícula N.º 5.888 e tem valor de Certidão.

Corumbá, 05 de Novembro de 1980

Oficial

CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO
OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS
Grescencio Monteiro da Silva Neto
SUBSTITUTO
Manoel Felix da Almeida
CORUMBÁ - M. T. SUL

continua no verso

Fonte: INCRA

Na busca por reconstituir a história de parcelamento do PAR Bocaina, realizou-se entrevista com Dorival Canavarros dos Santos, técnico administrativo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em Corumbá, Mato Grosso do Sul. Ele é chefe da Unidade Avançada do INCRA em Corumbá. Começou a trabalhar em 1977, primeiramente como voluntário e aprendiz, em 1984 tomou posse como topógrafo concursado, passando ao cargo de técnico administrativo, em 1987. É considerado pelas pessoas que trabalham com a Reforma Agrária, como uma "lenda viva" por sua experiência e atuação na área. Foi ele quem

esteve à frente de todas as demarcações de terras que se tornaram assentamentos rurais em Corumbá e Ladário. Também, foi responsável pela demarcação dos dois assentamentos do tipo PAR no estado de Mato Grosso do Sul: Bocaina, em Corumbá e o Vaca Parida, em Cassilândia. Todas as informações dessa subseção são baseadas na entrevista realizada com ele em junho de 2025.

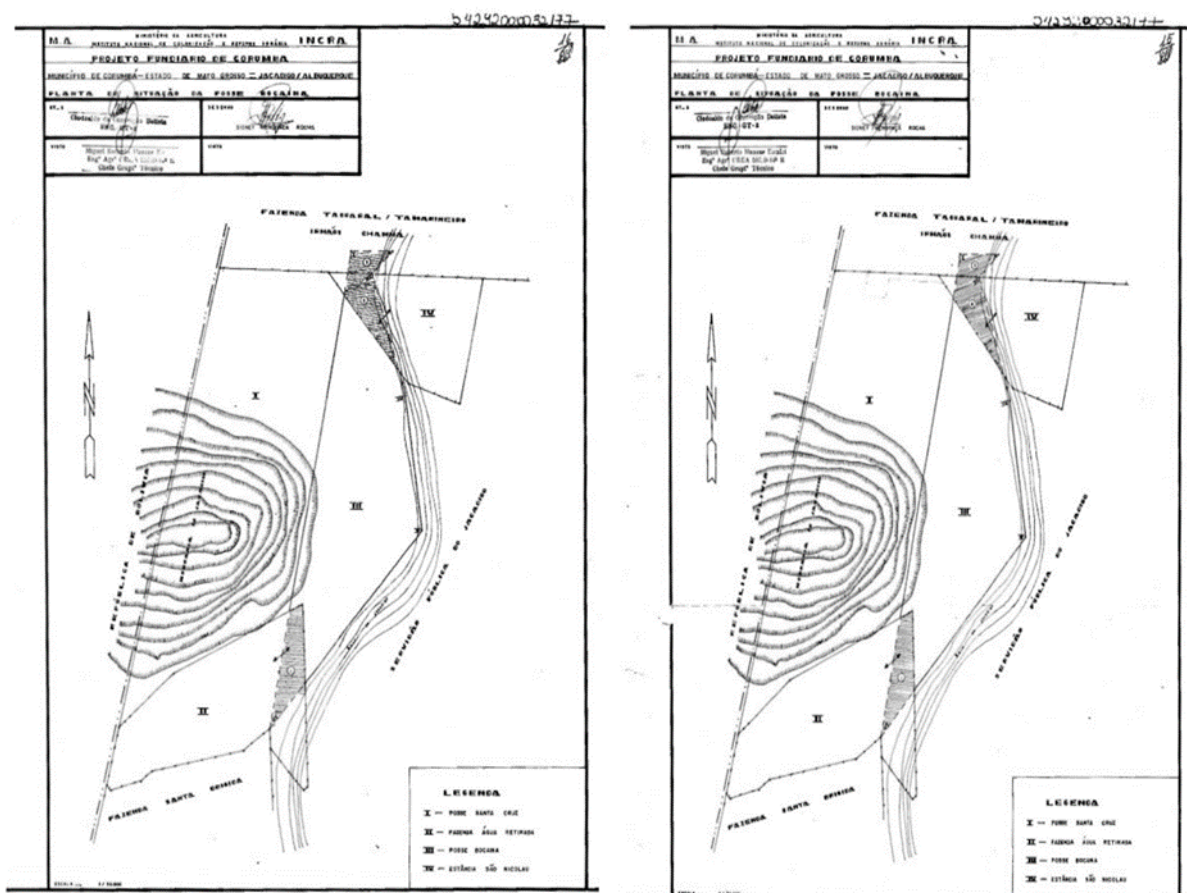
Escolhemos informar o nome de nosso entrevistado por conta da admiração pelo seu trabalho. Também, pelo desejo de homenagear uma pessoa que tem feito muito em prol do registro de terras e da Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul. Não seria justo de nossa parte camuflar seu nome como entrevistado. Dorival é a história da Reforma Agrária em Corumbá. Uma pessoa íntegra, admirada pelos assentados rurais e pelas entidades ligadas ao tema. Assumimos, contudo, a responsabilidade por nossa escrita. Trata-se de uma construção nossa baseada na leitura que fizemos da entrevista com nosso interlocutor.

Para a demarcação e divisão da área em 27 lotes foi realizado um trabalho topográfico, sendo 26 dos lotes entregues as famílias que viviam as margens da “baía do Jacadigo” e uma parcela destinada à estruturação de um centro comunitário (Informação oral).

Dorival comentou sobre as dificuldades enfrentadas na realização do trabalho de demarcação, quando participou da coordenação de toda atividade. Para a execução da delimitação dos lotes foram feitas roçadas, chamadas popularmente de “picadas”, abrindo caminhos no interior da mata fechada. Para esta função braçal foram contratados trabalhadores rurais do lado brasileiro e das comunidades campesinas da Bolívia, porque eles possuíam extenso conhecimento sobre a região onde estava começando a ser implantado o PAR Bocaina. Antes da implantação do PAR Bocaina as atividades de produção estavam voltadas a pequenas plantações de subsistência e a criação de gado que era o foco principal da economia da região do Jacadigo (Informação oral).

Sobre a região que hoje abriga o PAR Bocaina, até o período do governo militar estava sobre o controle de uma mineradora que explorava a extração de manganês na morraria do Jacadigo. Para a execução do Projeto de assentamento rápido, o governo federal retomou a posse das terras, ocasionando a desativação da atividade mineradora no local (Imagem 3). A partir dessa definição, em 1982 foi criado o assentamento Bocaina, com o objetivo de alocar as famílias atingidas pela enchente que alagou grande parte da região formando a baía do Jacadigo (Informação oral).

Imagem 3 – Área do assentamento Bocaina, antes da divisão dos lotes



Fonte: INCRA

A equipe que fez o trabalho de demarcação do PAR Bocaina se deslocava da sede do município de Corumbá para a citada área rural. Permanecia no local pelo período de uma semana, levando em suas bagagens os recursos necessários para a realização do empreendimento. Eram os instrumentos utilizados nos trabalhos braçais de limpeza da área (facões, foices, enxadadas, machados), equipamentos de medição (trenas, teodolito), materiais de acampamento (redes, cobertores, mosquiteiros e utensílios de cozinha) e os mantimentos que garantiam a alimentação da equipe durante a estadia e realização da atividade (Informação oral).

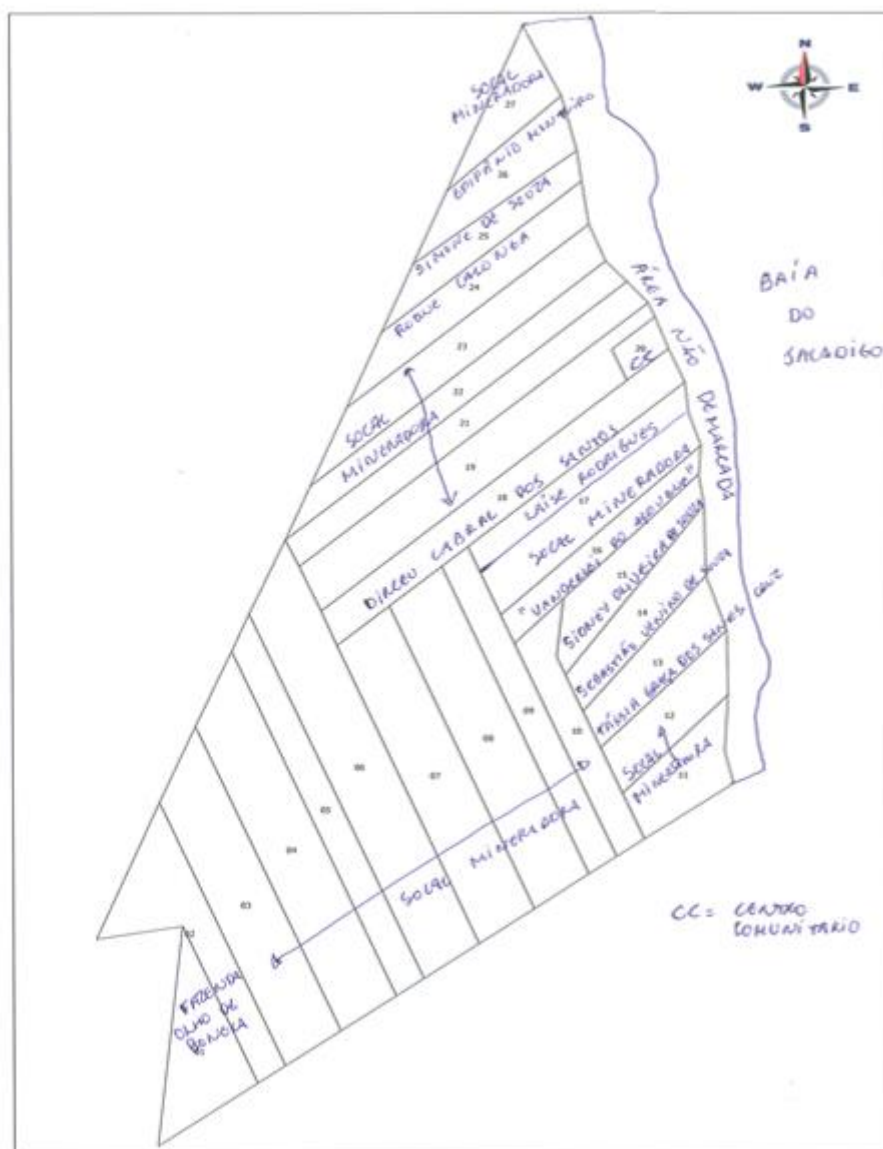
A equipe era dividida em três grupos com funções definidas, com o intuito de que uma complementaria o trabalho da outra. No grupo de vanguarda se encontravam os trabalhadores braçais, que iam na frente fazendo as “picadas”, abrindo caminho e deixando a área preparada para o segundo grupo, que tinha a responsabilidade de medir a área e, consequentemente, traçar as linhas demarcatórias do futuro PAR Bocaina, no terceiro grupo ficavam os responsáveis de fazer a manutenção do acampamento e também do preparo das refeições.

Cada parcela demarcada possui entre 23 e 24 as, tendo essa variação de espaço devido a condições geográficas e geológicas. Além da demarcação dos 27 lotes que foram entregues as famílias de trabalhadores rurais, foi reservada uma área de 27 hectares para servir como local de moradia das famílias, ou seja, para funcionar no estilo de uma agrovila. Assim, residiriam na agrovila e trabalhariam em seus lotes, que se encontravam localizados bem a frente, pois eram separados, apenas, pela Estrada Municipal do Jacadigo, que já existia na época. Com a implantação do assentamento foi estendida por mais um trecho para dar acessibilidade aos trabalhadores em suas propriedades (Informação oral).

No trabalho de demarcação os funcionários mantinham contato com a comunidade de San Pedrito, que estava nas proximidades, buscando informações sobre a região uma vez que a comunidade boliviana havia sido constituída a algumas décadas e atravessavam a linha de fronteira para manter contato com os moradores da região do Jacadigo configurando em relações sociais, culturais e até mesmo econômicas nas suas estratégias de sobrevivência. Uma dessas estratégias, era atravessar para o lado brasileiro, até a Baía do Jacadigo, para pescar, caracterizando-se em um meio de subsistência (Informação oral).

Após a demarcação, a titulação dos lotes ficou travada por conta das aquisições irregulares de lotes do PAR Bocaina pela Socal S/A Mineração e Intercambio Comercial e Industrial, uma vez que os pequenos proprietários não tinham e ainda não possuem o título definitivo de posse (Imagem 4). O título de posse seria entregue no ano de 1985. Antes disso, foi realizada uma vistoria que constatou o não cumprimento de uma das cláusulas, a mais importante, não repassar ou vender o lote a terceiros antes de receber o documento oficial (Informação oral).

Imagem 4 – Divisão das parcelas do assentamento Bocaina com respectivas ocupações em 1984



Fonte: Acervo do INCRA

Verificado o ocorrido o processo de entrega foi suspenso, não apenas para quem descumpru a orientação INCRA, mas, também, para aqueles que seguiram as regras integralmente permanecendo a situação a mesma até os dias atuais. Já em relação a aquisição das terras pela Social, a partir da verificação da ilegalidade, a União entrou com processo no poder judiciário para garantir a reintegração de posse e consequente reorganização e retomada de regularização da documentação dos parceleiros do assentamento Bocaina (Informação oral).

Com a implantação do assentamento uma nova configuração do modo de vida da região

tomou forma e as condições de vida começaram a ficar dificultadas por diversos fatores. Destaca-se as condições climáticas e antrópicas que ocasionaram a seca da baía, que era a principal fonte de abastecimento de água e de alimento (peixe) da região. Sem a água da baía, a dificuldade na atividade de criação de gado aumentou e, conseqüentemente, a produção leiteira diminuiu.

Empiricamente, na localidade onde está situado o PAR Bocaina encontramos áreas de elevação conhecidas como morraria do Jacadigo (Fotografia 6A) e áreas mais baixas, onde por um período se formou uma superfície alagada denominada pelos moradores locais como “Baía do Jacadigo”. Na área que ainda não ocorreu o desmatamento, encontramos vegetação nativa como o carandá (Fotografia 6B), o angico, aromita, aroeira, castelo entre outras. Nos espaços desmatados foram formadas pastagens para a criação de gado. A extensa área alagada já não existe mais devido às atividades das mineradoras, que atuam tanto do lado brasileiro quanto do lado boliviano, e constroem barreiras impedindo que as vazantes desses rios cheguem a região do Jacadigo.

Fotografia 6 – Paisagens da região do Jacadigo



Fonte: autor, 2023. Destaque para o Carandá, à direita e à estrada de acesso, à esquerda.

Neste contexto, observamos que o PAR Bocaina surge em meio às interações entre as populações brasileiras e bolivianas presentes no espaço rural fronteiriço, sob as influências das dinâmicas hídricas do Pantanal. A instituição do assentamento não recria as dinâmicas territoriais anteriores, mesmo que a intenção tenha sido minimizar os infortúnios causados pelo alagamento da área.

4.3 As relações de vizinhança das famílias camponesas do assentamento Bocaina com os vetores econômicos e ambientais do seu entorno

A partir das duas entrevistas realizadas com os moradores mais antigos do assentamento, constatamos que o PAR Bocaina passa por um momento de estagnação em razão de fatores que dificultam o desenvolvimento das atividades produtivas na localidade. Partimos de um roteiro de entrevistas, questionando sobre o período inicial de implantação do PAR Bocaina, as interações entre os moradores locais e as comunidades camponesas da Bolívia se haviam trocas de mercadorias, de trabalho, participavam de festas, as maiores dificuldades encontradas, onde comprava o que precisava e o que mudou. Contudo, optamos por deixar os entrevistados contarem suas histórias de vida. A partir delas, elaboramos o texto desta seção.

O Entrevistado A, nascido na localidade do Jacadigo, relatou que a implantação do PAR Bocaina se efetivou devido a uma enchente que aconteceu na região no ano de 1974, formando um imenso lago, que foi denominado pela população local de “Baía do Jacadigo” (Fotografia 7). Seu relato afirma que a região do Jacadigo, antes da grande enchente, era muito produtiva, voltada para a atividade pecuarista, onde havia pequenos e grandes produtores, que realizavam o manejo do gado de maneira conjunta, independentemente da quantidade de gado que cada um possuía (Informação oral).

Fotografia 7 – Baía do Jacadigo antes de ter ocorrido a sua seca total



Fonte: Acervo de moradora Local (Arlene Rodrigues)

No relato foi possível observar que existiam armazéns comerciais que supriam a comunidade de produtos necessários ao cotidiano tais como alimentos, higiene e limpeza e ferramentas. Cita que, na época, funcionaram o armazém do “Seo Dodô” e o armazém do “Seo Airton”. Esses armazéns, também, eram frequentados por consumidores das comunidades vizinhas da Bolívia (San Pedrito e El Carmen), que atravessavam constantemente a linha de fronteira para adquirir produtos comercializados nesses estabelecimentos (Informação oral).

Do ponto de vista das interações fronteiriças, os habitantes do PAR Bocaina possuem contato com a comunidade rural boliviana de San Pedrito, que historicamente construiu relações

sociais e culturais com os moradores da região, até mesmo antes da implantação do assentamento e quando da formação do assentamento. Pelo fato de possuírem conhecimento da área, trabalhadores bolivianos dessa localidade eram contratados como diaristas para trabalhar nas chamadas “picadas” (trilhas abertas no meio da mata) com a finalidade de demarcar os lotes (Informação oral).

Pelo relato do Entrevistado A percebeu-se que, com a implantação do assentamento Bocaina, essa dinâmica foi diminuindo de intensidade. No que diz respeito à infraestrutura, ocorreram algumas melhorias como a implantação da rede de energia elétrica e abertura de estradas. O abastecimento de água é feito por poços artesianos e também via uma rede de água construída pelos próprios moradores que utilizam uma fonte de água doce localizada na morraria do Jacadigo (Informação oral).

Por outro lado, percebemos na fala dos dois entrevistados (A e B) a necessidade de melhor organização dos moradores locais para poderem efetivar mobilizações no intuito de conseguir benefícios para a localidade, como a manutenção das estradas, perfuração de mais poços, aperfeiçoamento da rede de abastecimento de água e a construção de um posto de saúde.

A principal dificuldade é a escassez da água devido à seca da baía do Jacadigo, principal fonte de abastecimento onde os trabalhadores conseguiam água para suprir as necessidades com a criação de gado e plantações. Outra fonte de água utilizada pelos moradores era uma mina que se encontra na morraria do Jacadigo, mas que por conta das mudanças climáticas também diminuiu o volume em grande quantidade. Por conta dessa situação boa parte dos assentados venderam os lotes e foram tentar a vida na área urbana de Corumbá ou em outros municípios. Apesar da rede de água recentemente construída, frequentemente, os assentados são abastecidos por um caminhão pipa.

O sustento que antes era obtido com mais facilidade — especialmente quando a água não era escassa — tornou-se progressivamente mais difícil. Para minimizar a situação, a solução encontrada foi os jovens buscarem emprego na área urbana, enquanto os mais velhos cuidam dos lotes ou realizam trabalhos temporários em fazendas ou assentamentos vizinhos.

O entrevistado B, nascido na região do Jacadigo e que vivia na área da “cordilheira” — local que ficou alagado e se transformou na Baía do Jacadigo — relatou que antes da grande enchente os antigos moradores trabalhavam com a criação de gado bovino, porco e cabrito, que utilizavam no consumo caseiro e se tivesse o excedente comercializavam com “as pessoas da cidade”.

Os camponeses⁴ cultivavam suas roças de subsistência, produzindo produtos diversificados como abóbora, mandioca, milho, cana e melancia, ressaltando que se também houvesse excedente, ele era vendido para comerciantes que vinham da cidade adquirir a produção e revendê-la em seus estabelecimentos comerciais na área urbana de Corumbá. Interessante nessa transação comercial é que a prática do escambo também era realizada, ou seja, a troca de produtos por produtos: sacos de mandioca podiam ser negociados por caixas de óleo de soja ou, milho ser trocado por arroz etc. (Entrevistado B).

A partir dos relatos do Entrevistado B, percebeu-se que, além de trabalhar em suas propriedades os camponeses trabalhavam em forma de diárias no manejo de gado nas grandes propriedades, garantindo uma renda a mais no orçamento familiar. O abastecimento de água era realizado através de poços perfurados de forma braçal em regime de mutirão, quando se organizavam e auxiliavam o vizinho nessa tarefa (Informação oral).

O Entrevistado B relatou que, logo após a enchente e com a efetiva implantação do PAR Bocaina, as formas de convivência se modificaram, ficando mais evidente as atitudes individualistas na solução das dificuldades na manutenção e produção dos lotes. Algumas tentativas foram realizadas com o intuito de fomentar a produção. Hortas foram construídas aproveitando a água da baía do Jacadigo. Com apoio da Prefeitura de Corumbá e orientação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) foram realizados cursos de apicultura que poderiam viabilizar um novo produto (mel) e, conseqüentemente, uma perspectiva de renda para os moradores locais. Contudo, dois fatores prejudicaram a atividade: as mudanças climáticas que ocasionaram longos períodos de estiagem e a falta de continuidade do projeto pelo órgão governamental (Informação oral).

O entrevistado B comentou sobre a importância da baía para os moradores locais e também sobre a relação com a mineradora existente na região. Quando a baía estava cheia existia peixe em grande quantidade que eram pescados para consumo próprio das famílias, mas também eram comercializados com atravessadores que vinham de Corumbá para comprar e revender na área urbana. A comercialização de iscas, também, era uma prática realizada com a captura de tuviras, pirambóias e caranguejos para serem vendidos para pessoas que iam até o Jacadigo praticar a atividade pesqueira (Informação oral).

⁴ Optou-se pela adoção desse termo em razão das características das famílias daquela época. Detinham a posse da terra, mas não sua propriedade formal. Seus espaços de usos eram (re)conhecidos por todos que estavam em seu entorno.

Sobre a mineração, no início das atividades, quando a antiga mineradora⁵, os moradores residentes na região do Jacadigo conseguiam postos de trabalho na empresa. Após seu fechamento, depois de um longo período de tempo outra empresa assumiu a atividade mineradora (a Socal AS). Diferentemente da empresa anterior, não abriu espaço para contratação de moradores das localidades próximas e, gradualmente foi adquirindo os lotes do assentamento Bocaina anexando-os a sua propriedade (Fotografia 8). Além disso, a comunidade teme os impactos ambientais da atividade, o que agrava ainda mais a difícil situação das famílias. Nesse sentido, as formas de sobrevivência se tornam mais limitadas para os habitantes locais, restando buscar trabalho nas fazendas mais próximas (Informação oral).

Fotografia 8. Área sob o controle da Socal S/A Mineração



Fonte: Acervo pessoal de Dorival Canavarros dos Santos.

Em relação às perspectivas no PAR Bocaina, o Entrevistado B acredita que o fator mais importante para dar o início a uma melhoria na qualidade de vida, seria o abastecimento de água de forma planejada, estruturada e constante nos lotes, para que sejam atendidas as propriedades

⁵ Segundo os moradores, era chamada de Peruche. Contudo, não encontramos nenhuma informação sobre ela.

com criação e pequenas plantações. Tal medida ajudaria de forma substancial no sustento e renda das famílias (Informação oral).

4.4 A vocação produtiva do PAR Bocaina

Podemos considerar que a vocação de uma localidade é uma soma de habilidades, atitudes e capacidades construídas dentro de uma determinada realidade. Essa visão oferece condições para a elaboração de um planejamento adequado para aplicação no desenvolvimento da região. Segundo Campos (2011, p. 216):

Por vocação produtiva entendo uma miríade ou relação complexa de fatores, todos ou alguns identificáveis ou não que se cristalizam ou estão cristalizados num determinado local ou território constituído ou em vias de se constituir fazendo deste local um ambiente propício ou facilitador para determinado tipo de produto ou produção de maneira geral. São tanto materiais como a localização, qualidade do solo, via de acesso etc., quanto imateriais, a exemplo de fatores ligados a tradição, conhecimento e saber que se cristalizam na especificidade de determinada produção, etc.’

Para investigar a vocação de uma região é necessário trabalhar o conceito de território para definição de qual atividade pode ser desenvolvida na mesma. Cada localidade terá como vocação produtiva as aptidões inerentes a sua realidade levando em consideração diferentes nuances como a política, as questões jurídicas, a economia, o meio ambiente e a cultura e para melhor aprimoramento a associação ao conhecimento técnico com vistas ao desenvolvimento de suas potencialidades (Haesbaert, 2006).

Valendo-se de suas potencialidades de determinada região, os atores presentes tendem a buscar caminhos para viabilizá-las e concretizá-las. Para isso não se deve levar em conta apenas as características econômicas, mas também aspectos sociológicos, culturais e políticos. O desenvolvimento regional se faz pela conjunção de múltiplos fatores presentes na realidade de uma comunidade (Guzmán Cuevas e Romero Luna, 2008).

O PAR Bocaina apresenta algumas peculiaridades que constituem potencialidades de vocação produtiva, salientando que essas peculiaridades surgiram durante o seu processo histórico. Antes da implantação do PAR, as terras da região do Jacadigo eram utilizadas para a criação de gado, sendo que a mesma era constituída por aqueles que apossaram de extensas áreas e por aqueles que ocuparam pequenas propriedades. O trabalho de manejo do gado era realizado por meio de um sistema coletivo onde pequenos e grandes criadores trabalhavam conjuntamente para conduzir o gado para áreas mais adequadas para pastagem, de acordo com o período climático, seco ou chuvoso. Essa situação perdurou até os primeiros anos da década

de 1970, quando ocorreu o que os moradores locais denominam de grande enchente, mais especificamente no ano de 1974⁶.

Naquele ano, extensa parte da região ficou alagada devido ao transbordamento do rio Paraguai, do lado brasileiro, e do rio Tucavaca, do lado boliviano, formando a “baía do Jacadigo”. Com o passar do tempo a baía se tornou a principal fonte de sustento e renda para os moradores com a atividade da pesca, abastecendo as famílias locais e o comércio urbano do município de Corumbá. A pesca na baía do Jacadigo se tornou um atrativo para quem era morador da localidade e para pessoas que se deslocavam da área urbana para o lazer e para a prática da pesca, seja para consumo próprio ou para comercialização.

Outra atividade desenvolvida na região foi a mineração, com a exploração do minério de ferro extraído da morraria do Jacadigo. Essa atividade teve sua interrupção na década de 1980 e a partir da década de 2000, uma nova empresa mineradora tentou reativá-la sem muito êxito, pois enfrentou processos impetrados pelo Ministério Público Federal (MPF), por motivos ambientais. Atualmente a estrutura montada pela mineradora permanece sem funcionamento, apenas em manutenção, mas sem a atividade de extração do minério de ferro.

Na área onde o assentamento Bocaina está localizado existe grande diversidade de espécies vegetais como: aroeira, castelo, aromita, angico, carandá, acuri e outros, que em determinadas situações são utilizadas pelos moradores na construção de cercas, casas, na alimentação dos animais e até mesmo como remédios caseiros no tratamento de algumas doenças. Na região, também, é encontrada uma rica fauna representada por diferentes espécies de cobras, pássaros, peixes e mamíferos.

A partir desse conjunto de informações pode-se dar início a elaboração de um estudo que indicará caminhos para o desenvolvimento das potencialidades da região do PAR Bocaina e seu entorno com vistas a melhoria das condições de vida da comunidade local. Costa (2009) afirma que, o que se espera na efetivação de um ordenamento territorial é a melhoria da qualidade de vida da população e, para isso, é necessário que as ações do governo contemplem o desenvolvimento humano e territorial. Para Leite e Costa (2009) as ações individualizadas não atingem o objetivo de alcançar uma melhor qualidade de vida, isso porque os indivíduos vivem em um contexto mais amplo e complexo que envolvem perspectivas e conjunturas socioeconômicas que diz respeito a todo o coletivo.

Em concordância com essa linha de pensamento verifica-se que o ordenamento territorial que engloba a diversidade de determinada região tende a alcançar com êxito o objetivo final

⁶ Essas informações e as seguintes são oriundas de informação oral resultante das entrevistas realizadas junto a moradores do assentamento rural do PAR Bocaina.

que é o aprimoramento das condições de vida da população. Para tanto, diferentes atores precisam efetivar sua contribuição e o Estado deve assumir a função primordial da articulação.

Analizando o histórico e as informações sobre as características geográficas do PAR Bocaina, constata-se que elas se tornam importantes instrumentos na estrutura de um projeto de desenvolvimento da região, verificando as potencialidades locais. Nota-se que existem atividades diversificadas que podem ser aproveitadas na produção e, conseqüentemente, geração de renda e melhoria na qualidade de vida das famílias. As possibilidades de desenvolvimento local são apresentadas no quadro 4.

Quadro 4 - Propostas de diretrizes para o desenvolvimento local no PAR Bocaina

Diretrizes para o desenvolvimento local	Responsáveis ou parceiros
Reorganização da associação de produtores rurais do PAR Bocaina	Senar, UFMS, Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Estímulo à criação e manejo do rebanho bovino	PMC, Agraer, Senar, Iagro
Incentivo à produção de mel	Senar, PMC, Governo Estadual (Semadesc/Seaf)
Desenvolvimento de piscicultura	Senar, PMC, Governo Estadual (Semadesc/ Seaf), Embrapa Pantanal, UFMS
Produção de hortifrutigranjeiros	UFMS, Senar, PMC, Iagro, Governo Estadual (Semadesc/ Seaf),
Incentivo ao turismo rural	UFMS, PMC, Governo Estadual (SETESC).

Fonte: Elaboração própria, 2025.

A criação de gado bovino e outros animais se mostra como uma alternativa promissora para impulsionar a produção local. Essa atividade pode ser integrada a um planejamento que capitalize a tradição dos produtores no manejo animal. No entanto, para que essa iniciativa seja bem-sucedida, é essencial o acesso a linhas de crédito que permitam a aquisição de recursos adequados para o trabalho diário com a pecuária.

Outra possibilidade destacada nas entrevistas é o cultivo de lavouras de subsistência. Essa prática se beneficiaria da experiência dos pequenos produtores, mas também necessitaria da incorporação de conhecimento técnico para otimizar os resultados. A apicultura surge como

uma terceira via de produção, seguindo a mesma lógica: unir o conhecimento empírico dos moradores locais com a assistência técnica oferecida ou articulada pelo poder público. Essa parceria pode direcionar a estruturação de um projeto que concretize a produção de mel, agregando valor à economia local.

É fundamental não negligenciar a infraestrutura, que é vital para a efetivação produtiva. A construção de uma rede de distribuição de água é capital, pois resolveria o que se configura como a necessidade básica mais urgente do Projeto de Assentamento. Além disso, a manutenção da estrada municipal do Jacadigo é igualmente importante. Uma estrada em boas condições possibilitaria o transporte do excedente de produção e a comercialização dos produtos na área urbana de Corumbá, abrindo uma nova fonte de geração de renda e melhorando as condições de vida das famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Descrever a fronteira é uma incumbência que envolve muita multiplicidade, a partir do momento que ocorre a percepção que existem “fronteiras e fronteiras”. No contexto das relações transfronteiriças existem congruências e distinções conforme as localidades onde elas ocorrem, considerando a imensa faixa territorial de fronteira do Brasil com outros países da América do Sul, mas não apenas ponderando o aspecto geográfico, acrescentando ainda o nível de importância dada pelo Estado a essas regiões e as formas de relações constituídas entre os habitantes da zona de fronteira. Dessa forma podemos destacar que as regiões de fronteira têm suas semelhanças, mas também tem suas distinções que influenciam nas inter-relações dos habitantes dessas localidades.

A região da fronteira oeste Brasil/Bolívia é vista como um espaço em construção, com evidências de um processo histórico que levou a formação dos municípios de Puerto Suárez e Puerto Quijarro, do lado boliviano, e dos municípios de Corumbá e Ladário, do lado brasileiro. O propósito do estudo apresentado foi desvendar o surgimento e o desenvolvimento do PAR Bocaina no espaço rural dessa área fronteira (lado brasileiro), destacando a coexistência da citada comunidade com as comunidades rurais vizinhas da Bolívia. A investigação realizada intencionou identificar as estratégias utilizadas pelos camponeses brasileiros e bolivianos nas dinâmicas diárias do trabalho que realizam em suas atividades de produção, levando em conta que há décadas essas estratégias ocasionam interações entre as populações vizinhas.

Há que se ressaltar que com o decorrer dos anos essas estratégias foram se modificando devido as transformações ocorridas nos dois lados do espaço fronteiriço. Como exemplo podemos citar o surgimento da comunidade de San Pedrito como destacamento militar na década de 1930 que posteriormente foi transformada em um distrito campesino pelo governo boliviano. Do lado brasileiro os latifúndios existentes deram lugar a assentamentos rurais, originando pequenas comunidades camponesas a partir da década de 80, dentre elas o PAR Bocaina instituído no ano de 1982.

A pesquisa realizada intencionou analisar a formação e estruturação das comunidades rurais no espaço fronteiriço do oeste brasileiro (Brasil-Bolívia) identificando suas diferentes formas de se relacionar bem como as estratégias de resistência constituídas pelos moradores dessas localidades. Estratégias que se apresentaram como meios de sobrevivência e suporte na construção de uma marcante identidade fronteiriça.

Outro fator marcante nessa investigação foi a oportunidade de adentrar na realidade do

espaço fronteiro rural, cotidiano dos trabalhadores camponeses brasileiros e bolivianos. Esse fato propiciou descobertas que levou a refletir e a compor uma nova visão sobre desse espaço, no sentido de não o ver tão somente como um frio local de produção agrícola ou agropecuária, mas um ambiente onde sucedem cooperação, hibridação cultural e intensas relações sociais entre pessoas de singulares realidades e localidades. Uma visão mais humana conhecendo e valorizando a história daqueles que tem a vivência rural como um instrumento de garantir não só o seu sustento, mas também de criar sua própria identidade baseada nas interrelações ocorridas no decorrer do tempo histórico.

Nos relatos obtidos por meio de entrevistas foi possível acrescer o conhecimento sobre o outro lado da fronteira, “o desconhecido”. Muitos dos colonos bolivianos têm suas origens distantes da zona da fronteira Brasil-Bolívia, provenientes de diferentes localidades do território boliviano, se deslocando para essa região trazendo em suas “bagagens” um riquíssimo conjunto cultural que se conflui com distintos hábitos aqui existentes.

O trabalho realizado proporcionou um leque de descobertas relacionadas ao desenvolvimento de uma pesquisa científica, permitindo o experienciar, o vivenciar de aspectos que somente a atividade em campo pode demonstrar. Desvendar os caminhos de uma investigação científica é se deparar com obstáculos inesperados e aprender a lidar com eles, criando, estruturando e aplicando novas estratégias para atingir o objetivo proposto, constatando dessa forma que não existe fórmula única e pronta para a realização de um estudo na área da ciência.

A partir do conjunto de informações obtidas é possível indicar alguns caminhos para o desenvolvimento das potencialidades da região do PAR Bocaina e seu entorno com vistas a melhoria das condições de vida da comunidade local. A efetivação de um ordenamento territorial é o ponto primordial no aprimoramento da qualidade de vida da população e, para isso, é necessário que a organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais em consonância com ações governamentais contemplem o desenvolvimento humano e territorial. As ações isoladas não logram o êxito de conquistar uma melhor condição de vida, isso porque os indivíduos vivem em um ambiente mais amplo e heterogêneo que envolvem perspectivas e conjunturas socioeconômicas que se relaciona a todo o coletivo.

Em concordância com essa linha de pensamento e analisando o histórico, as informações sobre as características geográficas do PAR Bocaina e as relações fronteiriças com as comunidades bolivianas constata-se que elas se tornam importantes instrumentos na estruturação de um projeto de desenvolvimento da região, colocando em evidência a exploração das potencialidades locais (criação de gado bovino, apicultura, piscicultura, turismo rural e horticultura).

Cabe ressaltar que a prioridade inicial a ser resolvida para que qualquer projeto seja implementado na localidade, é a regularização do abastecimento de água nas propriedades do assentamento de forma efetiva e constante. Solucionada essa questão, a possibilidade de explorar as atividades diversificadas identificadas na localidade ganha mais chance de alcançar bons resultados e, conseqüentemente auxiliariam no estímulo de geração de uma melhor renda, resultando numa prosperidade, não somente de cunho familiar, mas também comunitário.

Consideramos que as informações obtidas abrem um leque de análises sobre a reestruturação do assentamento PAR Bocaina e também sobre a continuidade dos estudos sobre essa localidade devido ao caráter inédito dessa pesquisa sobre a origem e interação fronteiriça da população do assentamento com as comunidades campesinas do lado boliviano.

REFERÊNCIAS

AMORIM, A. **Viagens pelo Brasil: do Rio ao Acre – aspectos da Amazônia do Rio a Mato Grosso**. Rio de Janeiro, Livraria Garnier, 1917.

ALVES, G. L. Mato Grosso e a história: 1870- 1929 (Ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro). **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], n. 61, p. 5–82, 2017.

AYALA, S. C.; SIMON, F. (Org.). **Álbum Gráfico de Mato Grosso**. Reimpressão (original 1914). Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2011. Tomo 1.

BENEDETTI, A. Claves para pensar las fronteras desde una perspectiva geográfica. **Geosp – Espaço e Tempo (On-line)**, v. 22, n. 2, p. 309-328, 2018.

BENEDETTI, A. Lugares de frontera y movilidades comerciales en el sur sudamericano: una aproximación multiescalar. In: COSTA, E. A.; COSTA, G. V. L.; OLIVEIRA, M. A. M. (Org.). **Fronteiras em foco**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2011. p. 33-55.

BRASIL. **Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980**. Regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1980.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. Governo Imperial, 1850.

BRASIL. **Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1964.

BRASIL. **Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979**. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1979.

BRASIL. **Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

CAMARGO, A. O método qualitativo: usos e perspectivas. In: CONGRESSO NACIONAL DE SOCIOLOGIA, 3. Sociologia, Sociologias. **Anais...** Brasília: Sociedade Brasileira de Sociologia, 1987.

CAMPOS, R. L. S. Região de Araraquara: Elementos para pensar um indicador sobre vocação produtiva agrícola. **Retratos de assentamentos**, v. 14, n. 2, p. 215-228, 2011.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. Identidade, etnicidade e nacionalidade no Mercosul. **Política comparada**, Ano I, v. I, n. 2, 1997.

CARNEIRO FILHO, C. P. **Processos de transfronteirização na Bacia do Prata: a Tríplice Fronteira Brasil – Argentina – Paraguai**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

CHAGAS, I. L. A.; COSTA, E. A. Transição agroecológica em um lote de assentamento rural na fronteira Brasil-Bolívia. **Para Onde!?** (UFRGS), v. 13, p. 01-15, 2020.

CHAZAL, A. La política visual de la guerra del chaco (1932-1935): apropiación territorial, construcción nacional y disputas de sentido a través del dispositivo fotográfico en Paraguay. **Folia [online]**, n. 45, p. 91-126, 2022.

COELHO, F.; FREITAS, A. A. R. Reforma agrária e assentamentos rurais em Mato Grosso do Sul. **Revista Tempos Históricos**, v. 25, n. 2, p. 73-98, 2021.

COSTA, E. A. Agroecologia como instrumento da emancipação camponesa. **Revista de Geografia** (Recife), v. 40, n. 4, p. 146-163, 2023.

COSTA, E. A. Mobilidade e fronteira: as territorialidades dos jovens de Corumbá, Brasil. **Revista Transporte y Territorio**, n. 9, p. 65-86, 2013.

COSTA, E. A. Ordenamento territorial em áreas de fronteira. In: COSTA, E. A.; OLIVEIRA, M. A. M. (Org.). **Seminário de estudos fronteiriços**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009. p. 61-78.

COSTA, E. A.; SABATEL, V. O. Mobilidades humanas e interações sociais entre comunidades rurais na fronteira Brasil-Bolívia. **Terr@ Plural** (UEPG. Online), v. 8, p. 13-35, 2014.

CURADO, F. F.; SANTOS, C. S. de S.; SILVA, F. Q. da. **Pré-diagnóstico participativo de agroecossistemas dos assentamentos Paiozinho e Tamarineiro II**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2003. 35 p. (Embrapa Pantanal. Documentos, 45).

DENZIN, N. K e LINCOLN, Y. S. Introdução a disciplina e a prática de pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K e LINCOLN, Y. S. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

FERNANDES, B. M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista de Cultura Vozes**, v. 2, p. 11-31, 1999.

FERRARI, M. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina: O Extremo Oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (Século XIX e XX)**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia, Florianópolis, 2011.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GÓMEZ, A. M. S.; GONZÁLEZ, B. S. R.; YOARNELYS, V. V. **Estrategias para el desarrollo sostenible y sustentable del Geoparque Imbabura**. Ecuador: CIETCUBA, 2018.

GRIMSON, A. **Fronteras, estados y identificaciones en el Cono Sur**. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

GUPTA, A.; FERGUSON, J. Mais Além da Cultura: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, A. A. **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

GUZMÁN CUEVAS, J.; ROMERO LUNA, I. Crecimiento económico, gobernabilidad democrática y desarrollo social: un enfoque integrador. **Revista Latinoamericana de Economía**, v. 39, n. 153, p. 119-138, abr-jun, 2008.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HISSA, C. E. V. A. **Mobilidade das fronteiras: inserções da Geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002.

HOUSE, J. W. The frontier zone: A conceptual problem for policy makers. **International Political Science Review**, v. 1, n. 4, p. 456-477, 1980.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria. **Assentamentos rurais da Reforma Agrária**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos> . Acesso em: 02 ago. 2023.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria. **Decreto n.º 92.621 de 04 de maio de 1989**. Brasília: Incra, 1989a.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria. **Portaria n.º 116, de 20 de junho de 1997**. Retificação da Superintendência Regional do INCRA/MS. Brasília: Incra, 1997.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria. **Portaria n.º 9, de 11 de março de 1996**. Projeto de Assentamento Paiolzinho. Brasília: Incra, 1996.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria. **Portaria n.º 117, de 15 de dezembro de 1995**. Projeto de Assentamento Tamarineiro II. Brasília: Incra, 1995.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria. **Portaria n.º 576, de 13 de julho de 1989**. Projeto De Assentamento Taquaral. Brasília: Incra, 1989b.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria. **Portaria n.º 061 de 19 de março de 1984**. Brasília: Incra, 1984b.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria. **Resolução n.º 142 de 03 de julho de 1984**. Projeto de Assentamento Tamarineiro. Brasília: Incra, 1984a.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria. **Resolução n.º 03, de 11 de janeiro de 1982**. Projeto De Assentamento Rápido Bocaina. Brasília: Incra, 1982.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria. **Unidade Avançada - Corumbá/MS**. Relatório 2013. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Corumbá, 2013.

KRALICH, S., BENEDETTI, A. y SALIZZI, E. Aglomeraciones transfronterizas y movilidad. Una aproximación desde casos sudamericanos. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 38, p. 111-136, 2012.

LEITE, M. R.; COSTA, E. A. Ordenamento, territorialidade e qualidade de vida. In: COSTA, E. A. C.; SILVA, G. A. M.; OLIVEIRA, M. A. M. (Org.). **Despertar para a Fronteira**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009. p. 181-199.

MACHADO, L. O.; RIBEIRO, L. P.; MONTEIRO, L. C. R. Geopolítica fragmentada: interações transfronteiriças entre o Acre (br), o Peru e a Bolívia. **Cuadernos de Geografía. Revista Colombiana de Geografía**, v. 23, n. 2, p. 15-30, 2014.

MACHADO, L. O.; RIBEIRO, L. P.; STEIMAN, R.; PEITER, P. NOVAES, A. O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual-metodológica. In: OLIVEIRA, T. C. M. (org.). **Território sem limites**. Estudos sobre fronteiras. Campo Grande: UFMS. 2005. p. 87-112.

MEDEIROS, L.; BARBOSA, M. V.; FRANCO, M. P.; ESTERCI, N.; LEITE, S. (Org.). **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1994.

MENEGAT, A. S. **No coração do Pantanal**: assentados na lama e na areia: as contradições entre os projetos do Estado e dos assentados no assentamento Taquaral-MS. Dourados, MS: UEMS; UFGD, 2009.

MINAYO, M. C. S. O. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14.ed. São Paulo (SP): HURITEC-ABRASCO, 2014.

MONTENEGRO, S.; BÉLIVEAU, V. G. **La Triple Frontera**: Globalización y construcción Del espacio. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2006.

NOGUEIRA, R. J. B. Fronteira: espaço de referência identitária. **Ateliê geográfico**, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 27-47, 2007.

OLIVEIRA, T. C. M. (org.). **Território sem limites**. Estudos sobre fronteiras. Campo Grande: UFMS, 2005.

OLIVEIRA, T. C. M. Uma fronteira nas malhas da rebeldia e da criatividade. **Cadernos de Estudos Culturais**, v. 14, p. 32-55, 2015.

PPAS. **Proyecto de Protección Ambiental y Social en el Corredor Bioceánico**. Conociendo nuestra región. Proyecto y guía para el docente primario y secundario: manifestaciones culturales del municipio de Puerto Quijarro. Santa Cruz, Bolívia: BID, 2012.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do indizível ao dizível. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 272-286, mar. 1987.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REYNALDO, N. Uma análise econômica da Província de Mato Grosso na primeira metade do século XIX. **Albuquerque: revista de História**, Campo Grande, MS, v. 5 n. 10 p. 157-183, jul./dez. 2013.

SAQUET, M. A. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

SILVA, T. P. **As formas organizacionais de produção dos camponeses assentados no município de Batayporã/MS**. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista — UNESP, Presidente Prudente (SP), 2004.

SOUZA, E. B. C. O território e a região: análise de políticas públicas. In. SAQUET, M. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 341-365.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 77-116.

THOMPSON, P. **A voz do passado** – história oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VALHONDO DE LA LUZ, J. Reflexiones sobre el concepto de fronteras. **Etnicex: revista de estudos etnográficos**, n. 1, p. 133-145, 2010.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

ZAPATA-BARRERO, R. y FERRER-GALLARDO, X. Las fronteras en la época de la movilidad. En ZAPATA-BARRERO, R. y FERRER-GALLARDO, X. (Eds.). **Fronteras en movimiento**. Migraciones hacia la Unión Europea en el contexto Mediterráneo. Barcelona, España: Ediciones Bellaterra, 2012. p. 11-56.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTAS NO PAR BOCAINA

1. Idade: _____
2. Sexo: _____
3. Data e local da entrevista: _____

Questões da entrevista

4. Onde morava antes de vir para o PAR Bocaina?
5. Comente sobre o seu histórico de vida. Fale sobre o que fazia antes e da chegada no assentamento Bocaina.
6. Tem conhecimento de informações sobre o período inicial de implantação do PAR Bocaina?
7. Quais interações ocorriam entre os moradores do assentamento Bocaina e as comunidades campesinas da Bolívia – San Pedrito e El Carmen de la Frontera (Carmo)? Havia trocas de mercadorias, de trabalho, participavam de festas? Fale sobre isso.
8. Quais as maiores dificuldades encontradas para viver no PAR Bocaina. Onde comprava o que precisava? Como ia até lá? De quanto em quanto tempo fazia isso? Ainda faz o mesmo percurso? O que mudou?
9. Quais mudanças percebeu no assentamento com o passar do tempo? Acha perigoso morar aqui? Comente sobre isso.
10. Percebeu mudanças nas comunidades rurais do lado boliviano? Se sim, quais?
11. Como você se relaciona com os fazendeiros próximos e com as mineradoras? Já trabalhou para eles? Conte como foi e o que fazia.
12. Quais perspectivas têm em relação ao PAR Bocaina daqui para a frente?
13. Como se relaciona com a comunidade San Pedrito e El Carmem (Carmo)?
14. O que você acha que deveria ser feito para trazer o desenvolvimento econômico e social para o assentamento?